

ARQUIVO PUBLICO DO ESP. SANTO
BIBLIOTECA

N.º

7012

DATA

21.12.94



Estado do Espírito Santo

Mensagem

*Apresentada à Assemblêia
Legislativa do Estado, em
sua Sessão Ordinária de
1959, pelo Governador*

Dr. Carlos F. Monteiro Lindenberg

Vitória, 15 de Março de 1959



Estado do Espírito Santo



Mensagem

*Apresentada à Assemblêia
Legislativa do Estado, em
sua Sessão Ordinária de
1959, pelo Governador*

Dr. Carlos F. Monteiro Lindenberg

*Reg. 7012
21.12.94*

*M
353.98152
E 77m
1959*

Vitória, 15 de Março de 1959

Senhores Membros da Assembléia Legislativa:

Instalados os trabalhos do novo Govêrno a 31 de Janeiro, realizando-se, nesta data, a posse do Governador e do Vice-Governador perante essa augusta Assembléia, para êsse fim convocada em sessão extraordinária, venho, passados apenas quarenta e dois dias, apresentar a presente mensagem, esforçando-me por dar conta da situação geral do Estado, em obediência ao disposto no art. 33, ítem XIII, da Constituição.

Ninguém ignora como se transfiguraram, lamentavelmente, os serviços administrativos, particularmente no âmbito do Poder Executivo, onde era tal a desordem, que está sendo preciso conduzir nossos primeiros esforços no sentido de reajustar a máquina administrativa a um plano desejável de produção e eficiência.

Impõe-se, sobretudo, sem o intuito de apontar responsabilidades, afirmar a verdade de que a própria condição em que se encontravam os servidores públicos, mal distribuídos pelos diversos setores administrativos, infelizmente sem um padrão de vida condigno com os seus deveres funcionais e suas obrigações de família, e ainda com vencimentos em atraso, são injunções que estão a exigir propósitos concretos de renovação, no sentido de repôr o servidor do Estado na posição real de propulsor decisivo do nosso progresso.

Criado o preconceito dos funcionários "à disposição", desligados de sua repartição para terem exercício em outros órgãos do serviço público, encontrando-se mesmo servidores que permaneciam sem exercer qualquer missão durante vários anos, isso vinha permitindo substituições sistemáticas, sacrificando sobremodo o erário, dando lugar, inúmeras vezes, a sucessivas e repentinas aposentadorias em cargos administrativos dos mais elevados padrões de vencimentos.

Dessa situação de fato nasceu a necessidade inelutável de procurar-se evitar, desde logo, tal indisciplina, com a adoção de medidas de ordem geral, que estão atingindo a todos indistintamente e se faziam indispensáveis, no que concerne ao reajustamento e reorganização da máquina administrativa, o que têm determinado um desdobramento de atividades crescentes.

Será preciso regularizar, primeiramente, nessa parte, a situação dos órgãos da administração, realizar esse trabalho que demanda continuado e desvelado esforço, para então poder o Estado, sem preocupações dessa ordem, enfrentar os problemas financeiros, de segurança, de saúde, de educação, de agricultura, de viação e outros, a cargo das diversas Secretarias.

De acôrdo com esse ponto de vista, já o Govêrno tem baixado alguns provimentos indicados para fazer cessar tal desordem. Tantas, porém, foram as ilegalidades encontradas, que foi preciso criar uma Comissão Especial de Revisão dos Atos Administrativos, para estudar os passíveis de cancelamento, mediante sindicância acurada e exame detido de cada caso concreto.

Até aqui, abordamos, sucintamente, a fase da reorganização da máquina administrativa. No entanto, há um outro aspecto, não menos importante, a apontar, desde logo, que é a situação financeira, sôbre a qual parece supérfluo, em face da desorganização administrativa, qualquer comentário a respeito.

Dispensô-me de repetir agora, no introito desta primeira mensagem, conceitos que foram objeto de anterior explanação feita de viva voz no dia 31 de Janeiro perante essa augusta Assembléia, e cuja análise será feita em seguida, em seus detalhes, e do ponto de vista técnico.

Basta acentuar que as despesas terão de ser comprimidas dentro do possível, diante do atraso de pagamentos, o que constitui regra dominante em quasi tôdas as rubricas da despesa, impondo contemplar e atender primeiro e exclusivamente as despesas de caráter pessoal, como vencimentos, as que interessam a manutenção de hospitais e outras de natureza alimentar.

Aliás, citando fato concreto e verdadeiro, devo informar à ilustrada Assembléia Legislativa que esse atraso geral de pagamentos afetou de tal modo os problemas de assistência médico-social, que cidadãos reconhecidamente enfermos, manifestamente necessitados de hospitalização, têm sido recambiados às casas de parentes e amigos, por não poderem obter internamento no Hospital-Abrigo da Ilha da Pólvora, uma vez que não têm sido pagas as pequenas verbas destinadas à alimentação, ou ao custeio dos hospitais.

Esses simples esclarecimentos são elementos úteis para determinar-se conceito definitivo acêrca da realidade impressionante que se apresenta ao novo Govêrno; mas uma transição, por certo, se verificará, como consequência do reajustamento da situação a uma nova ordem de coisas, para o que contamos com a cooperação de todos quantos se interessam pelos problemas do Estado e, especialmente, com a colaboração, de grande valia, dessa augusta Assembléia Legislativa.

SECRETARIA DA FAZENDA

Com pouco mais de mês de Governo, não me seria possível, como é óbvio, prestar aos ilustrados membros do Poder Legislativo informes minuciosos a respeito dos negócios afetos à Secretaria da Fazenda. Por isso, limitar-me-ei a apreciar alguns aspectos relacionados com o orçamento votado para o corrente exercício e com a execução orçamentária do exercício de 1958, focalizando, ainda, aspectos relacionados com determinados compromissos financeiros de natureza internacional assumidos pelo Governo anterior.

Compromissos internacionais assumidos pelo Estado

Pelo Governo anterior foram assumidos alguns compromissos internacionais relacionados com a aquisição de equipamentos para diversos fins, em relação aos quais não foram observadas as formalidades legais reguladoras da matéria, deixando o Governo, por outro lado, de levar em consideração o fato de não existir dotação própria no orçamento, nem o Estado se encontrar em condições de assumir compromissos de tal vulto.

A 26 de abril de 1956, o Governador do Estado firmou um contrato com a "Société de Usines GEMA G. M. B. H., com sede em Saint Ingbert Sarre, para adquirir equipamentos no montante de dez milhões de dollars. Por esse contrato, a referida firma comprometeu-se a obter para o Estado do Espírito Santo, na França, na Alemanha e na Dinamarca, não só o fornecimento dos equipamentos desejados pelo Estado como ainda o respectivo financiamento. Segundo a cláusula 4.^a do contrato, o Governo do Estado do Espírito Santo obrigou-se a assinar os contratos das compras num prazo de 90 dias até a importância de cinco milhões de dollars e a assinar os contratos de compra do restante, ou sejam, cinco milhões de dollars, no prazo de 180 dias. Segundo a cláusula 8 do contrato firmado com a GEMA, os litígios suscetíveis de surgir na execução do contrato serão submetidos à arbitragem, em Paris, conforme o Regulamento da Câmara de Comércio Internacional.

Dando cumprimento às obrigações assumidas com a GEMA, o Governador do Estado dirigiu-se à Superintendência da Moeda e do Crédito (S.U.M.O.C.), por meio de vários ofícios dos quais não encontramos cópia no arquivo da Secretaria do Governo, solicitando licença para importação dos equipamentos encomendados à GEMA.

Em ofício n.º 176/57, de 12 de abril de 1957, dirigido ao Governador do Estado, a SUMOC transmitia cópia do voto do seu Diretor Executivo, aprovado pelo plenário, do qual constava:

“Em 24 de setembro de 1956 deram entrada, na Superintendência da Moeda e do Crédito, vários pedidos do Governo do Estado do Espírito Santo que foram encaminhados às Carteiras de Comércio Exterior e de Câmbio, para os necessários estudos.

Cada um desses pedidos veio acompanhado de uma carta do Senhor Governador do Estado, a mim dirigida, salientando que, para poder cumprir um programa econômico que traçou, firmou um convênio financeiro no valor de 10 milhões de dollars com o grupo financeiro GEMA e que, com base nesse convênio, efetuou diversas encomendas a fábricas ligadas a esse grupo, para utilização dos citados recursos.

As mercadorias encomendadas pelo Governo do Espírito Santo, através da GEMA, são as seguintes, de acordo com cada processo:

- a) — 200 camionetas
- b) — 150 furgões marca Mercedes Benz
- c) — 60 caminhões Berlier Diesel
- d) — 30 micro-ônibus
- e) — 50 conjuntos de irrigação marca “Laninger”
- f) — 300 tratores agrícola marca “Deutz”
- g) — 50 motoniveladoras marca “Orenstein-Koppel
- h) — 50 basculantes marca “Orenstein-Koppel”
- i) — 1 barco policial marca Schot
- j) — 30 motores marca GEMA de 12 HP.
- k) — 2 equipamentos e instalações completas para montagem de 2 entrepostos frigoríficos
- l) — 3 barcos de pesca, com a capacidade de 35 toneladas cada um
- m) — 3 escavadeiras universais tipo pesado
- n) — 10 grupos geradores Diesel modelo “HSA-4-G-140
- o) — 10 grupos geradores Diesel “HSA-3-G-140
- p) — 10 grupos geradores Diesel “HSA-5-G-140
- q) — 4 usinas para pasteurização de leite
- r) — 130 unidades “Unimog”.

A 22 de janeiro de 1957 o Governador do Espírito Santo dirigia-se novamente à SUMOC solicitando fôsse aumentado o pedido de autorização para importação de mais 2.020.476 marcos alemães em máquinas e equipamentos agrícolas a serem importados à Gebrüder Eberhardt, por intermédio da Eberhardt Agrícola — Industrial S. A., do Rio de Janeiro. A especificação desse equipamento é ignorada, posto que não

existe nem na Secretaria do Govêrno, nem na da Agricultura, cópia do expediente de 22 de janeiro de 1957, mencionado no relatório da SUMOC.

O valor do material a ser adquirido em virtude do contrato firmado com a GEMA e para cuja importação o Governador solicitou autorização a SUMOC, tomando-se por base o câmbio a que tais importações estariam sujeitas na data atual, seria o seguinte:

a) — material a ser importado a câmbio de custo atual de Cr\$ 81,00 por dollar ou seu equivalente em moeda estrangeira	Cr\$ 383.801.976,00
b) — material a ser importado a câmbio de categoria especial de Cr\$ 361,20 por dollar ou seu equivalente em moeda estrangeira ..	Cr\$ 2.316.793.272,00
Total	2.700.595.248,00

A essa importância devem, ainda, ser acrescentados os juros do financiamento, correspondentes a 4 anos, no montante aproximado de trezentos milhões de cruzeiros. Feito isso, o valor dos compromissos assumidos pelo Estado com a GEMA montam a três bilhões quinhentos noventa e cinco mil duzentos e quarenta e oito cruzeiros, ou seja mais de três vezes a receita geral prevista para o corrente exercício.

Atendendo a que os materiais enumerados nas alíneas a), b), c), e), e), i), j) e r), estão, em sua maioria, classificados na categoria especial, que corresponde à antiga 5.^a categoria' e considerando que os equipamentos enumerados nas alíneas a) e b), poderiam ser importados sob o regime estabelecido pelo Decreto n.º 40.260, de 1/1/1956, decidiu a SUMOC autorizar, apenas, a importação do seguinte material:

- 2 frigoríficos
- 3 barcos de pesca
- 30 grupos geradores
- 4 usinas de pasteurização de leite.

Posteriormente, o Govêrno do Espírito Santo cedeu ao Estado do Amazonas 2 dos barcos de pesca e ao Estado de Santa Catarina os 30 grupos geradores.

Com essa redução, a encomenda feita pelo Govêrno à CERES ficou limitada a um barco de pesca e a 4 usinas de pasteurização, no valor atual de 5.534.399 coroas dinamarquesas, equivalentes, ao câmbio de custo, a Cr\$ 62.781.156,00, importância que possivelmente, se elevará a Cr\$ 77.507.600,00

em virtude da elevação do câmbio de custo para Cr\$ 100,00, por dollar, conforme noticiário da imprensa carioca.

Em virtude de exigir a firma vendedora o aval bancário, foi êsse obtido do Banco Sul Americano, com o qual o Governador firmou contrato de aval em 11 de agosto de 1958, em virtude do qual, além da obrigação de recolher ao referido Banco, mensalmente, a importância necessária ao pagamento das prestações semestrais, deveria o Estado pagar uma comissão de 4% calculada sobre o total da importância dos avais e mais um e meio por cento semestralmente. Em garantia do aval, o Governo do Espírito Santo entregou os seguintes títulos integrantes do patrimônio do Estado:

180 900	ações do Banco do Espírito Santo, do valor nominal de Cr\$ 100,00 cada uma	Cr\$ 18.900.000,00
24 963	ações da Petróleo Brasileiro S. A. do valor nominal de Cr\$ 200.000	 Cr\$ 4.982.600,00
20 000	apólices da dívida pública estadual do valor de	Cr\$ 20.000.000,00

Estabelecia a cláusula 6.^a do contrato firmado com o Banco Sul Americano:

“6.^a — Na falta de cumprimento, nas devidas datas, das obrigações assumidas pelo Governo por força das cláusulas 3 e 4 dêste contrato, poderá o Banco após o transcurso de trinta dias do inadimplemento, mandar vender, por corretor de fundos públicos de sua confiança, pública ou particularmente, independente de toda e qualquer consulta, aviso ou intimação judicial ou extra judicial, os títulos apenhados, para o que fica, desde já, investido de amplos e especiais e irrevogáveis poderes, inclusive os de transigir, receber e dar quitação e assinar transferência. A venda de títulos será feita entretanto, apenas na quantidade necessária à cobertura da dívida resultante da falta eventual de qualquer dos pagamentos devidos pelo Governo, acima referidos”.

Um outro contrato foi firmado com a firma A. S. Frederikssund Skibsvaerft, da Dinamarca, relativo à construção do barco de pesca, definindo os compromissos não só do Estado, como da referida firma. Esse contrato assinado pelo Governador, estava redigido em língua alemã, motivo pelo qual foi necessário mandar traduzí-lo no Rio de Janeiro para seu melhor entendimento. De acôrdo com êsse novo contrato, o preço de aquisição do barco pesqueiro ficou sujeito

à reajustamento decorrente do aumento do custo de materiais e mão de obra no decorrer de sua construção.

O Governo assumiu o compromisso de enviar à Dinamarca, após a construção do barco, os homens necessários à formação da sua guarnição, a fim de serem submetidos a treinamento e conduzirem o mesmo ao Brasil.

A 28 de janeiro de 1959 o Banco Sul Americano dirigiu-se por carta ao Governo do Estado solicitando a remessa urgente da importância de Cr\$ 5.086.000,00 para integralização da primeira prestação contratual, a vencer-se a 22 de fevereiro. A partir dos primeiros dias de fevereiro, o Governo procurou inteirar-se dos compromissos assumidos pelo Estado com o referido Banco e com a CERES, para o que foi necessário solicitar a ambos a remessa de **dossier** completo sobre o assunto, posto que nenhuma documentação foi encontrada nem registrada nos protocolos das Secretarias do Governo e da Agricultura.

Constatou-se, todavia, que pelo ofício NG. 2.021, de 18 de junho de 1957, o Governador do Estado dirigiu-se à Assembléia Legislativa afirmando que "Para que se efetive a aquisição aqui mencionada (de equipamentos cuja importação fôra autorizada pela SUMOC), imprescindível se torna a audiência dessa Colenda Assembléia na indispensável autorização legislativa". O referido expediente estava acompanhado de projeto de lei que recebeu, no Legislativo, o n.º 139/57. Esse projeto, entretanto, finda a legislatura de 1957, foi arquivado por não haver sido votado, deixando de ser renovado na legislatura seguinte.

Por outro lado, na data em que foi firmado o contrato com o Banco Sul Americano (27 de agosto de 1958), estava em pleno funcionamento o Tribunal de Contas e bem assim em vigência a Lei n.º 1.287, de 24 de setembro de 1957, cujo artigo 10.º preceitua:

"Art. 10 — Fica sujeito ao registro prévio do Tribunal de Contas qualquer ato da administração estadual, inclusive autarquias ou órgãos autônomos, de que resulte obrigação de pagamento, pelo erário estadual ou por conta dele".

Atendendo a que a Assembléia Legislativa não autorizou a celebração dos contratos de compra, que reclamavam aval bancário e este, por sua vez, importava na caução de bens patrimoniais do Estado e considerando, por outro lado, que o Tribunal de Contas não registrou previamente o contrato firmado com o Banco Sul Americano, entendeu o meu Governo ser-lhe defeso enviar ao referido Banco o numerário solicitado. Determinou, a vista disso, que o Secretário da Fazenda mantivesse contacto pessoal com a direção daquele

estabelecimento bancário no sentido de que aguardasse o início da atual legislatura para que o Governo possa adotar as medidas aconselháveis ao caso.

ORÇAMENTO PARA 1959

O orçamento para o corrente exercício, aprovado pela Lei n.º 1.412, de 2 de dezembro de 1958, estimou a receita em Cr\$ 1.100.200.000,00 e fixou a despesa em Cr\$ 1.483.856.403,00, resultando, assim, um deficit de Cr\$ 383.656.403,00.

Ao encaminhar a proposta orçamentária a Assembléia Legislativa, o Executivo esclareceu haver tomado por base, na estimativa do impôsto de Vendas e Consignações, tóda a safra cafeeira, não levando em conta, portanto, o fato de que, dessa safra, 40% teriam de ser retirados do mercado por força de Resolução do Instituto Brasileiro do Café e cuja volta ao mercado só se verificaria a medida que se tornasse necessário atender às necessidades do consumo interno do País, as quais são muito inferiores às quotas de retenção. Não obstante a política de retenção haver tido início em julho de 1958, cerca de 900.000 sacas de café espírito-santense estão presentemente retidas nos armazens reguladores de Vitória e Rio.

Segundo o atual Código Tributário do Estado, o impôsto sobre café é pago em duas etapas, na base de 7,5%, a primeira, quando se verificar a primeira venda e de 7,5% a segunda, quando se operar a última.

O cálculo da receita sobre café foi feito tomando-se por base uma produção de 1.811.000 sacas. Se deduzirmos as quotas compulsoriamente sujeitas à retenção, teremos que nada menos de 724.400 sacas deixarão de ser exportadas em 1959, do que resultará uma redução de Cr\$ 91.274.200,00, na receita prevista, tomando-se por base o preço por saca utilizado na previsão orçamentária.

Todavia, a receita estimada para o corrente exercício ainda sofreu redução da ordem de Cr\$ 46.243.096,60, proveniente do recebimento antecipado de receita de 1959 para pagamento de compromissos do exercício de 1958.

Quando a lei orçamentária autoriza o Poder Executivo a realizar operações de crédito por antecipação da receita, o entendimento claro do inciso legal é de que o produto das operações se destinaria a fazer face às despesas do exercício a que corresponde o orçamento votado e jamais a atender despesas de exercício anterior, que só com recursos do próprio exercício podem ser pagas, ou com disponibilidades de caixa do exercício imediato, decorrentes de arrecadação superior à despesa ou de empréstimo.

Infelizmente, não se tem base segura para afirmar que o recebimento antecipado de receita no exercício de 1959, utilizado no pagamento indevido de despesas de 1958, tenha fi-

cado limitado a Cr\$ 46.243.096,60, conforme foi apurado até agora, isso porque, além dos recebimentos feitos contra liquidação de processos, muitos outros conhecimentos foram emitidos para recebimento, em dinheiro, do imposto de Vendas e Consignações, não só na Capital como em todo o interior do Estado, com o que numerosos contribuintes estão supridos de verba para pagamento do imposto relativo a 1959.

Duas modalidades distintas foram empregadas para o recebimento antecipado de receita: a primeira, referente à emissão de guias especificamente declaradas como de café, enquanto outras se referiam a imposto de Vendas e Consignações de um modo geral, por verba.

Em se tratando de operação autorizada pelo artigo 5.º da Lei 1.412, de 2 de dezembro de 1958, deixando a margem o fato do destino ilegítimo dado aos recursos obtidos, é óbvio que somente o Governador do Estado poderia autorizar tais operações. Não obstante, muitas delas foram autorizadas pelo Secretário da Fazenda, que não tinha competência legal para praticar tal ato.

Os recursos disponíveis para o atendimento das despesas do corrente exercício sofreram ainda outro impacto com o fato de os vencimentos e salários do funcionalismo, correspondentes a novembro e dezembro, num total aproximado de Cr\$ 200.000.000,00, haverem sido ou virem a ser atendidos com os recursos da receita de 1959. E sendo assim, se da receita aprovada pela lei orçamentária deduzirmos as parcelas correspondentes aos cafés a serem retirados do mercado, que deixarão de ser exportados no corrente ano, e deduzirmos, ainda, as quantias recebidas por antecipação de receita e as utilizadas no pagamento dos vencimentos e salários correspondentes a novembro e dezembro de 1958, chegaremos a conclusão de que o atual Governo contará com recursos orçamentários de apenas Cr\$ 767.682.703,40 para fazer face à despesa fixada, no montante de Cr\$ 1.483.856.403,00, donde resultará um descoberto no valor de Cr\$ 721.173.699,60.

Se levarmos em consideração que só com o pagamento do pessoal ativo e inativo terá o Governo de dispendir Cr\$ 1.120.535.433,00, chegar-se-á à conclusão de que se apresenta verdadeiramente dramática a situação financeira do Espírito Santo, que está a exigir medidas drásticas dos poderes constituídos do Estado para que a grave situação possa ser conjurada.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE 1958

A receita prevista para o exercício de 1958 montou em Cr\$ 1.330.000.000,00, havendo a arrecadação atingido a Cr\$ 1.143.472.420,50, do que resultou uma diferença a menor sobre a previsão no montante de Cr\$ 186.527.579,50.

Por outro lado, a despesa autorizada para o mesmo

71145.440.934,20

exercício, inclusive créditos adicionais, atingiu a Cr\$ 1.440.531.604,70, havendo a despesa efetivamente realizada se elevado a Cr\$ 1.495.198.184,20, donde se conclui que a despesa realizada sem autorização orçamentária montou a Cr\$ 54.666.579,50. Entretanto, se apreciadas isoladamente as verbas e subconsignações orçamentárias, verifica-se que a despesa realizada sem autorização legislativa atinge a cerca de Cr\$ 80.000.000,00.

Confrontando-se a receita arrecadada com a despesa realizada, constata-se um deficit financeiro de Cr\$ 351.725.763,70, o mais elevado até hoje verificado no encerramento dos exercícios financeiros do Estado.

Nos 3 últimos quadriênios a execução orçamentária apresentou os seguintes resultados em milhares de cruzeiros:

Exercícios	Receita arrecadada	Despesa realizada	Superavit	Deficit
1947/1950	736 167	697 568	38 599	—
1951/1954	2 054 279	2 069 781	—	15 502
1955/1958	3 598 961	4 285 528	—	686 567

A dívida do Estado, abrangendo compromissos a curto e a longo prazo, elevava-se, em 31 de dezembro de 1958 a Cr\$ 1.328.157.312,50, assim discriminada:

Restos a pagar:	1.425.378.805,10	
Exercícios de 951 a 57	163.504.484,90	
Exercício de 1958	426.412.439,30	589.916.924,20
Promissórias do Tesouro ..	21.845.698,20	582.737.403,10
Depósitos e Consignações		18.727.893,80
Governo Federal — empréstimo a prazo curto		197.572.820,90
Cia. Vale do Rio Dôce — conta de financiamento das obras do cais de Paul ..		146.000.000,00
Banco de Desenvolvimento Econômico (Rio Bonito)		61.511.783,90
Empréstimos a conta de antecipação de receita do exercício de 1959		21.084.314,10
Credores por despesas a regularizar relativas a 1958		43.054.552,30
		45.038.711,10
		48.633.231,40
Dívida consolidada interna:		55.674.619,70
Em títulos	Cr\$ 39.725.000,00	
Banco do Brasil	Cr\$ 139.200.000,00	178.750.000,00

Neste curto espaço de tempo em que se vêm desenvolvendo as atividades da atual administração, já foi possível anular os efeitos de algumas daquelas medidas que não se justificam senão pela vantagem pessoal proporcionada a quem as adotou. Na verdade, tem-se a impressão de que, acima dos superiores interesses do Estado, dominava o espírito subalterno das conveniências particulares e pessoais.

Na conformidade de imperativos constitucionais é através da Secretaria do Interior e Justiça que se proveem os serviços de manutenção da ordem e segurança públicas, os quais competem à Polícia Militar e à Polícia Civil, em suas funções específicas.

É de lamentar, entanto, tenham estes órgãos sofrido — eles que deveriam ser preservados de injunções tais — os efeitos deletérios de inescrupulosos candidatos eleitorais que, em busca do proveito próprio, desvirtuaram as altas finalidades do sistema policial, adulteraram-lhe a estrutura orgânica, hipertrofiando-lhe a composição dos quadros do pessoal, mediante providências manifestamente ilegais, impróprias, descabidas.

Aliás, o menosprezo ao exercício da função pública estadual, o repúdio ao critério da seleção de aptidões e capacidade mediante concurso público, o pouco caso aos preceitos constitucionais e legais consagradores do sistema do mérito, tiveram, se bem que surpreenda, o beneplácito de opiniões jurídicas, evidentemente destituídas de boas razões de direito.

É óbvio que urge promover o provimento dos cargos públicos pelos mais capazes, atribuir aos órgãos estrutura adequada às suas finalidades.

Estabelecendo-se o império da ordem, da disciplina e da moralidade administrativa e restabelecendo-se o respeito devido às repartições e ao funcionalismo, ter-se-á, estamos persuadido, eliminado o mais relevante motivo do atual emperramento dos serviços públicos, tão pouco produtivos, não obstante, tão assustadoramente onerosos.

A tarefa atribuída ao titular daquela Pasta, é, sabemos, árdua e exaustiva, mas o estimula a prosseguir na faina laboriosa a esperança de que não serão em vão nossas fadigas, já se observando, nestes poucos dias decorridos, uma tendência, assás acentuada, para evolver no sentido melhor.

O conhecimento da situação funcional dos vários departamentos sob sua superintendência, fruto de suas primeiras observações não lhe permite ainda inteirar-se suficientemente, em todos os seus pormenores, do estado dos negócios da Secretaria nem alcançar, em toda a extensão e profundidade, a decomposição que os afeta.

Em que pese, pois, ao preceito constitucional, não seria oportuno, decorridos estes primeiros trinta dias de trabalho, solicitar providências que constituiriam soluções para tantas

e tão complexas questões, pois ninguém ignora que, dentre as atividades fins que ao Estado cumpre realizar, na órbita de ação da Secretaria do Interior e Justiça situam-se as que mais têm desafiado a argúcia e a experiência de todos os governos, sobretudo os problemas de segurança e da ordem públicas e os da assistência social.

Coerentemente, pois, neste relato não se indicam especificamente quaisquer providências; mas, ao passo que altos interesses administrativos o exigirem e as necessidades coletivas o reclamarem, serão apontadas as soluções remediáveis.

Os resumos parciais que se seguem, informam das ocorrências verificadas nas repartições que a compõem e ensejam as conclusões que me inspiraram esta apreciação panorâmica.

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL

Como órgão industrial o Departamento de Imprensa Oficial deixa muito a desejar e para que se evite seu permanente estado deficitário, injustificável, é de mister se procedam a estudos no tocante á sua organização.

CLICHERIA: Apesar de possuir um modelo de equipamento de fotogravura, esse setôr não têm contribuído afirmativamente para o equilíbrio orçamentário do Departamento. Ao contrário, desde sua instalação, a clicheria vem apresentando "deficits", cuja eliminação em exercícios futuros, deve merecer um estudo sério, pois não é admissível esse desequilíbrio tão acentuado entre receita e despesa, num setôr que poderia até oferecer lucro, eis que se apresenta como a única clicheria existente em todo o Estado. Para isso, talvez, muito esteja contribuindo a despesa excessiva com o pessoal em atividade naquele serviço, onde são despendidos, mensalmente, com pagamento de salários nada menos de Cr\$ 29.300,00, sendo de ressaltar que o encarregado da Clicheria percebe Cr\$ 12.000,00 e dois ajudantes, Cr\$ 4.650,00 cada um, sem contar os extraordinários, eventualmente atribuídos aos mesmos. Em 1958, relativamente à Clicheria, a Gerência extraiu notas de confecção de n.º 2.657 até 3.276, e a receita total, apurada com encomendas de particulares, atingiu a cifra de Cr\$ 242.851,10, receita essa que não chegou sequer para pagamento de salários do pessoal lotado no serviço de Fotogravura.

PUBLICIDADE: O movimento de assinaturas a particulares alcançou a expressiva cifra de Cr\$ 120.974,00. Quanto á publicidade relativa a particulares atingiu a quantia de Cr\$ 757.689,60, sendo que o movimento da venda avulsa do Diário Oficial acusou a importância de Cr\$ 20.266,50 durante o exercício.

Arrecadou-se no transcurso do exercício de 1958 uma receita de Cr\$ 8.267.943,00 que, absolutamente, não exprime a

capacidade de produção do órgão, cuja despesa em 1958, atingiu a Cr\$ 8.061.878,10.

Não resta dúvida, pois, que o saldo financeiro de Cr\$. . . . 206.064,90 atesta que o Departamento de Imprensa Oficial não está cumprindo, do ponto de vista industrial, sua finalidade.

INSTITUTO DE READAPTAÇÃO SOCIAL

Ao encerrar-se o exercício de 1957 estavam internados no Instituto de Readaptação Social 213 condenados.

Ingressaram no mesmo estabelecimento, durante o ano de 1958, 33 condenados, sendo 3 recapturados e 30 com Cartas de Guia, procedentes de diversas Comarcas do Estado, perfazendo o total de 246 internados.

Dos internados em 1958 ocuparam os primeiros lugares os delitos de homicídio, lesões corporais leves e graves, furtos simples ou qualificados e latrocínio.

Quanto à procedência, 6 foram condenados na Comarca de Colatina, 6 de Cachoeiro de Itapemirim, 4 de Castelo, figurando as Comarcas de Afonso Cláudio, Itaguaçu e Vitória com 2 condenados cada uma, seguindo-se outras Comarcas com menor número de condenados.

Figuram em número mais elevado na estatística criminal os delinquentes da zona rural, os analfabetos, os solteiros, os mestiços e os da idade entre 21 a 30 anos.

Durante o exercício de 1958 foram postos em liberdade, por conclusão de penas, 12 segregados; por livramento condicional relatados e examinados pelo Colendo Conselho Penitenciário do Estado, 33; por anulação de processo, 1.

Além dêsses foram dadas as seguintes baixas:

Por evasão	3
Por falecimento	2
Por transferência para outro presídio	1

Nestas condições o efetivo carcerário no Instituto de Readaptação Social, no dia 31 de dezembro de 1958 ficou sendo de 194 segregados, sendo 191 homens e 3 mulheres.

PRESÍDIO DE MULHERES: Sobre tão importante setor administrativo do Instituto de Readaptação Social repetimos nesta oportunidade, *ipsis litteris*, o relato do seu Diretor:

“A prisão de mulheres, aqui existente, constituída de 3 cubículos acanhados e desprovidos dos requisitos e das instalações destinadas a higiene íntima feminina, é de péssimas condições de habitabilidade e de nenhuma condição possível ao trabalho específico da mulher; essa prisão com seus 3 cubículos, foi adaptada, no ano de 1953 na casa de residência de um funcionário do Instituto, nos terrenos do presídio, em

local afastado 150 metros, apenas, do pavimento celular dos homens; ali, estão cumprindo pena 3 internas sendo certa a existência, nas cadeias públicas do interior, de mais 6 sentenciadas, que não puderam ingressar neste Estabelecimento por falta de **vagas**.

O Código "Custódia Rerum" já preconizava a segregação do delinquente, com separação entre os dois sexos e, "Justiniano" recomendava a segregação da mulher, em casos excepcionais, internadas em mosteiros sob a vigilância de pessoas do mesmo sexo.

Face a essa verdade, a prisão de mulheres deste Instituto constitue um atentado aos fóros de civilização e de progresso do povo espirito-santense e a dignidade da pessoa humana. A **agravar** tão vexatória situação, esta Diretoria viu-se forçada a completar a vigilância do presídio de mulheres com soldados da Polícia Militar, pelo fato de só existir no quadro de vigilantes do Instituto de Readaptação, um único vigilante do sexo feminino e não ter sido possível, até agora, o contrato ou a nomeação interina de outra mulher para esse mistér, em virtude da verba de contratados não comportar maiores despesas e a Lei 801, não autorizar a nomeação de interino."

JUNTA COMERCIAL

A Junta Comercial é regida por um Regulamento — Decreto-Lei n. 15 125, de 19 de novembro de 1943.

Presidente, Vogais (em número de cinco e Suplentes de Vogais (em número de dois), são nomeados por livre escolha do Governador do Estado nas condições desse Regulamento, funcionando Vogais e Suplentes durante dois anos, podendo ser reconduzidos aos cargos uma só vez. Os atuais vogais foram reconduzidos aos seus cargos, devendo o prazo de exercício extinguir-se em Janeiro de 1960.

A Junta Comercial é uma fonte de renda para o Estado. Somente no exercício de 1958, produziu uma renda bruta de Cr\$ 1.204.435,40, enquanto o orçamento do Estado, fixou uma despesa de Cr\$ 744.050,00, para o exercício de 1959, dos quais Cr\$ 631.400,00 destinam-se a "despesas de pessoal", como se verifica dos índices alcançados durante o período 55/58:

	DOTAÇÕES OBTIDAS	RENDA
	CR\$	CR\$
1955	189.000,00	669.155,60
1956	370.560,00	1.067.822,80
1957	349.800,00	1.256.904,20
1958	580.800,00	1.204.435,40
Renda	(1955/1958)	4.198.318,00

Dotação	(1955/1958)	1.490.160,00
Saldo		2.708.158,00

Verifica-se da confrontação dos dados acima, que a Junta Comercial apresentou uma diminuição na sua renda, referente ao exercício de 1958. Para o fato outro motivo não encontramos, senão a fraca atuação da fiscalização estadual, pois é evidente o desenvolvimento do comércio e da indústria em nosso Estado.

Todo o serviço de reorganização encetado pela administração anterior, a principio mantido, foi logo depois totalmente paralizado. Durante os quatro anos que se passaram, a Junta Comercial não adquiriu um único fichário ou arquivo, objeto de solicitação e reclamação de todos os relatórios.

Péssimo é o estado dos móveis e utensílios da Repartição, que conta com a verba insignificante de Cr\$ 2.500,00 para conservação e reparos.

A situação dos funcionários é agravada pela falta de limpeza do prédio — há muito sem uma pintura, e pela falta de higiene, pois não existe água nas dependências da Repartição.

O mobiliário com muitos anos de uso, encontra-se em mau estado de conservação, já não condizendo com as elevadas funções da Repartição.

Em síntese, durante o quadriênio que passou, não adquiriu a Junta, nada que viesse a suprir tais deficiências. Até o material de expediente, foi escasso.

Por estes motivos e pelos expostos no item primeiro — apesar de a Junta Comercial custear suas despesas e ainda produzir um saldo razoável, a repartição vem sofrendo graves prejuízos na realização dos serviços que lhe estão afetos, estando muitos dêles completamente paralizados, por falta de material e pessoal para realizá-lo, muito embora a Chefia da Repartição houvesse solicitado insistentemente as providências necessárias ao completo desempenho de suas finalidades.

ARQUIVO PÚBLICO

O Arquivo Público fundado em 1908, quando Presidente do Estado o dr. Jeronymo de Souza Monteiro e instalado em uma dependência do andar térreo do Palácio do Governo, aí permaneceu até o quadriênio 1924/28 quando passou a funcionar no andar térreo do edifício de propriedade do Estado, à rua Pedro Palácios, 76, onde ainda se encontra.

O espaço ocupado pelo mesmo, onde se acham arquivados todos os documentos, livros, plantas e processos de terras e papéis de toda sorte, enviados pelas diversas repartições do Estado, já não comporta o arquivamento de quaisquer documentos.

Há muito que os diversos encarregados e diretores vêm solicitando providências através das propostas parciais orçamentárias de cada ano, para que sejam ampliadas, modificadas e reformadas as instalações, que já não correspondem às exigências da época atual.

Faz-se necessário dotar essa importante repartição do Estado, de meios necessários para que ela possa atender, sempre que solicitada, a quantos dela necessitarem.

Da maneira como se está procedendo, até agora não foi possível evitar-se que ratos, traças e baratas venham causar danos irreparáveis às preciosidades que se encontram arquivadas em suas dependências.

É deplorável o estado de conservação em que se encontra o edifício em que funciona o Arquivo Público.

Notam-se nas paredes, extensas rachaduras e rebaixamento do piso, notadamente na parte dos fundos do edifício.

O peso das estantes com livros, jornais, etc., da Biblioteca Pública Estadual que funciona no 2.^a andar do mesmo, muito está contribuindo para o desequilíbrio das paredes internas e externas do pavimento onde se acha o Arquivo.

Providências urgentes devem ser tomadas no sentido de ser examinada a situação geral do prédio, a fim de que não venha o Estado sofrer incalculáveis prejuízos, não só com a perda de preciosos documentos, mas também do próprio edifício, que poderá desabar a qualquer momento, pondo em risco a vida dos servidores que ali têm exercício.

CHEFATURA DE POLÍCIA

O prédio da Chefatura, onde funcionam os principais órgãos daquele setôr administrativo do Estado, como sejam: Gabinete do Chefe de Polícia, Gabinete do Secretário, Corregedoria, 5 (cinco) Delegacias Especializadas, Serviço de Administração, Serviço de Rádio Patrulha e Serviço de Registro de Estrangeiros, Instituto Médico Legal, Serviço de Carceragem e respectivos cárceres e alojamento para a guarda encontra-se em deplorável estado de conservação, Serviço de Trânsito, Corpo de Segurança, as dependências onde estão instalados os órgãos já mencionados, são pequenas, desprovidas das mais elementares condições higiênicas; além de encontrarem-se completamente sujas, tôdas as instalações sanitárias e elétricas, se acham em precaríssimo estado de conservação.

Os móveis e utensílios da Chefatura estão quase todos inservíveis e são deficientes para atender as necessidades atuais, em todos os setores e dependências da Casa. Os cubículos comportando cada um, uma média de 10 (dez) presos se encontram superlotados com cerca de 30 (trinta) indivíduos.

Todos os órgãos da Chefatura estão em falta de material

INSTITUTO AGRÍCOLA DE MARUÍPE

Como resultado de entendimentos entabulados por delegados do Governo Estadual foi assinado, em data de 6 de março, com a "Fundação Abrigo do Cristo Redentor", contrato transferindo a esta Instituição a administração do Instituto Agrícola de Maruípe, da Estação Sericícola de Vargem Alta e do Patronato de Roças Velhas, ainda em construção.

Tal providência decorreu, certamente, do precedente criado pelo Governo Jones Santos Neves, que, em 1955, transferiu para a mesma "Fundação", o encargo da conclusão das obras e a administração da "Escola de Pesca Caboclo Bernardo", situada no município de Aracruz.

Corresponde esta solução a uma medida das mais avançadas na técnica de assistência social pois, autores especializados e a experiência dos poderes públicos confirmam ser o Estado um gerente pouco indicado para dirigir tais atividades.

Carece o poder público de facilidades no recrutamento de pessoal experimentado para gerir os educandários destinados a êsse tipo de menores.

Não se improvisam os especialistas para técnicas tão delicadas e, quando assim não fôsse, as compensações materiais que o cargo público pode oferecer não são animadores para atrair candidatos possuidores de real valor.

Com elementos assim adquiridos, não se irá além da rotina, nascida no empirismo, sem esperança alguma de poder vitalizá-la através de cursos de aperfeiçoamento, observações e pesquisas.

No pantanal que domina essa paisagem, vem à tona toda sorte de maus hábitos, que não puderam ser evitados através duma seleção cuidadosa ou erradicados por uma formação conveniente dos funcionários.

Se a escolha do chefe da equipe, assim constituída, não fôr muito acertada, vicejam, então e se expandem francamente, as tendências perniciosas ou viciosas de que são portadores os seus componentes.

As últimas etapas dêsse processo regressivo são o desamor à criança, a brutalidade, a violência e a imoralidade.

São tão sutis os começos dêsse processo, tão insensíveis as antenas que deveriam denunciá-lo, tão difícil a constatação pelos métodos oficiais de investigação, da responsabilidade dos culpados e, por outro lado, tão fácil a acomodação ao mesmo, o consentimento e a sua final aprovação, que o poder público se vê praticamente incapacitado de combatê-lo nas suas origens e nas suas consequências.

Torna-se, assim, o internato de menores desvalidos, em geral, uma escola de maus hábitos, quando não de perversão

Falta ao Estado, por outro lado, uma repartição que de-

veria coordenar administrativamente o sistema que vai tomando corpo, e orientá-lo tecnicamente.

Não é difícil remendar essa situação, mas é dispendioso e pouco econômico, atentando-se para o pequeno desenvolvimento que a assistência ao menor ainda apresenta no Estado.

Cria-se, então o círculo vicioso: por falta de volume, não se pode criar a repartição necessária, a cúpula da organização e, em consequência disso, o sistema funciona mal e vai se impregnando de tais desvirtuamentos que, mais tarde, ao ser criado o órgão controlador, êle encontra uma realidade de tal modo comprometida que não mais consegue corrigi-la de todo.

Há ainda, outro aspecto muito importante a considerar. É o custo da educação do menor nos internatos oficiais.

Este tipo de repartição vê-se obrigado a obedecer às leis e disposições que regem a contabilidade pública e que foram feitas para o caso geral e não para o particular. Acontece que, devido às exigências legais, muitas vezes não se pode proporcionar ao menor assistido, o indispensável para satisfazer às necessidades de sua alimentação ou às exigências da saúde. As verbas existem, mas não podem ser mobilizadas de pronto e daí resulta sofrerem prejuizos irreparáveis os pupilos do Governo.

Além disso, por não poderem adquirir as utilidades e os gêneros alimentícios na ocasião propícia e ao menor preço, os internatos, geridos pelo poder público, sempre apresentam um "per capita" mais elevado do que os da esfera privada.

Eis aí, exposto sumariamente, algumas das razões que, certamente, inspiraram o Governo a convidar uma instituição privada para reorganizar e vitalizar o serviço de assistência a menores do Espírito Santo.

Os motivos da preferência dada à "Fundação Abrigo do Cristo Redentor" são óbvias.

Em primeiro lugar, convém recordar que, em 1955, o Governador do Estado contratou com essa instituição a conclusão das obras e a administração da "Escola de Pesca Caboclo Bernardo" em Aracruz.

Trata-se de uma instituição privada de assistência social mas credenciada em todo o país, não só pela expansão e vulto dos seus serviços, como também pelo sucesso incontestável que colheu em todos os seus empreendimentos.

De tal modo soube ela conquistar a confiança do Governo Federal que, êste em 1942, transformou a sociedade civil que então existia, em uma função de direito privado, conferindo-lhe sérias responsabilidades no terreno da assistência à pobreza e à velhice desamparada, assim como no do amparo ao menor necessitado.

Confiando a expansão dos educandários destinados aos

menores desvalidos à “Fundação”, teremos garantido a sua evolução segura, bem orientada e, sobretudo, econômica; teremos garantido a boa formação moral, intelectual e profissional dos menores que confiarmos à sua guarda, preparando para a família e para a Pátria membros dignos e atuantes e recuperados para um destino risonho, muitos adolescentes ameaçados de serem arrastados para a miséria e para o vício.

Há alguns anos passados, o ilustre Doutor Nuno Santos Neves, que estudou a fundo o problema do menor abandonado, revelou a existência, na República Argentina, de um educandário realmente extraordinário — a “Colônia Gutierrez” — que lhe serviu de inspiração para delinear a organização que deveria ser criada no Espírito Santo, para recolher o menor necessitado de amparo.

Porém, toda aquela organização maravilhosa funciona como estabelecimento dirigido pela iniciativa privada.

Em São Paulo, o melhor internato para menores desvalidos não é o “Abrigo de Menores”, mantido pelo Governo Estadual, embora fôsse orientado, durante algum tempo, pelo eminente professor Cândido Motta Filho. É, porém, sem dúvida alguma, o “Educandário D. Duarte”, criado pela iniciativa particular.

A esses, muitos outros exemplos poderiam ser aduzidos para provar o acôrdo da iniciativa que o Governo do Estado assumiu, procurando entregar a reorganização e administração do seu incipiente serviço de assistência a menores à “Fundação Abrigo do Cristo Redentor”.

Somente nos primeiros dias de abril foi possível a Fundação iniciar os seus trabalhos no Instituto Agrícola de Maruípe. Terminado o inventário passou o Instituto à administração da Fundação, no dia 3 de abril.

Não lhe foi possível, entretanto, prosseguir o trabalho que vinha realizando em face das grandes e insuperáveis dificuldades financeiras que o Governo vem encontrando. A deficiência de numerário para atender aos duodécimos destinados ao Instituto, criou situação de tal modo insustentável que a Fundação se viu na contingência de desistir da administração daquele educandário que assim, a partir de 1.º do corrente mês, voltou à direção do Governo.

POLÍCIA MILITAR

SITUAÇÃO FINANCEIRA

A) — Débitos

Segundo um levantamento incompleto, atualmente a Polícia Militar é responsável pelos seguintes débitos:

a) — A diversas firmas e emprêsas que ficaram com cré-

dito nesta Corporação, em virtude da insuficiência das dotações orçamentárias, dadas em 1958 pelo Governo passado:

Moacyr Barbosa	87.736,00
Zacharias F. Moça	67.736,60
Shell Brazil Limited	165.502,00
Magalhães Sucupira	215.487,00
Delanos Sandri	64.633,10
Ribeiro Brandão	4.591,00
Cia. Vale Rio Doce S/A	62.859,50
Viação Itapemirim	3.880,00
Viação Santa Tereza	1.630,00
Viação Real	3.820,00
Viação Conquista	31.490,00
Empresa Águia Branca	9.110,00
Est. de Ferro Leopoldina	4.810,70
S O M A	723.416,90

b) — Outros débitos da Corporação decorrentes do atraso de pagamento dos duodécimos orçamentários devidos à Polícia Militar.

Firma "Irmãos Varejão, estabelecidos com açougues	888.163,50
Outras firmas estabelecidas em Vitória e no Rio, em virtude de fornecimentos à cantina, em 1958	2.059.774,20
Idem, em relação a 1959	734.718,30
Firmas farmacêuticas e Laboratórios estabelecidos em Vitória e no Rio, em virtude de fornecimento de drogas farmacêuticas à Farmácia da Corporação em 58/59	292.921,70
S O M A	3.975.577,70

c) — Débito contraído sem que o Governo passado dotasse a Corporação da respectiva verba:

Importadora e Comércio "Ajax"	320.640,00
---	------------

d) — Débitos contraídos pela Corporação, por adiantamento, em face do orçamento vigente (1959):

A firma José Silva Tecidos S. A.	3.091.660,00
A Waldemar Costa Navega	700.000,00
S O M A	3.791.660,00

e) — Observações:

1.) — Segundo informações verbais prestadas pelos Chefes das Secções de Contadoria e Tezouraria, presume-se que haja outros débitos. Se houver, os mesmos serão apontados oportunamente.

2.) — Com a finalidade de esclarecer quais os débitos contraídos pela Polícia Militar, cujas cifras constam acima, seguem anexadas a êste relatório algumas relações nas quais são encontrados os nomes dos credores.

3.) — Quanto à firma credora José Silva Tecidos S.A. constante das relações em aprêço, a Polícia Militar lhe deve, em resumo, as seguintes importâncias: débito antigo: Cr\$... 1.576.566,00. Débito novo: Cr\$ 3.091.660,00. Com esta observação ficam esclarecidas algumas omissões por ventura existentes na relação (doc. 2).

4.) — Portanto, os débitos da Polícia Militar montam, provisoriamente, em Cr\$ 8.811.294,60.

B) — Crédito:

Exceto os duodécimos orçamentários relativos ao fim do exercício de 1958 e ao início de 1959 que ainda não foram recebidos, sôbre os quais o Governo tem ciência, o crédito da Polícia Militar, no momento, se resume nos seguintes números:

a) — Chefatura de Polícia:

A Chefatura de Polícia deve à Polícia Militar a importância de Cr\$ 636.360,00 proveniente da alimentação fornecido pelo Serviço de Intendência da Corporação a presos recolhidos aos cubículos daquele setôr policial do Estado, durante o exercício de 1958. A alimentação fornecida em janeiro e fevereiro do corrente ano não está aqui computada.

b) — Economia interna:

1. — Várias importâncias pagas pelo C.A. da Corporação relativas a diferentes despesas feitas em virtude da falta ou insuficiência de dotações orçamentárias, cujos documentos estão inscritos em Restos a Pagar/57: Cr\$ 332.121,90.

2. — Outras importâncias pagas pelo C. A. da Corporação, cobrindo despesas feitas mesmo com falta ou insuficiência de dotações orçamentárias, cuja indenização, conforme documentos remetidos à Contadoria Geral do Estado, e que figuram como Despesas Flutuantes, ainda não se verificou: Cr\$ 527.061,20.

c) — Observações:

Portanto, todo o crédito da Polícia Militar, nas condições acima mencionadas, monta em Cr\$ 1.515.543,10, anexo, na sua segunda parte, esclarece melhor.

SUGESTÃO :

De acôrdo com as cifras supra, varias medidas de ordem administrativa devem ser tomadas. Alguns créditos especiais terão que ser votados pelo Legislativo, por proposta do Executivo, na devida oportunidade e de acôrdo com expediente especial que será encaminhado. O pagamento dos duodécimos orçamentários devidos à Polícia Militar terá que ser atualizado. E algumas dotações orçamentárias para a Corporação e a serem consignadas no Orçamento do próximo exercício de 1960 terão que ser aumentadas. Com tôdas essas medidas e outras que forem sugeridas será possível entre êste e o próximo ano, regularizar a situação financeira da Polícia Militar e consequentemente, reaver o prestígio da Corporação perante o comércio e a administração do Estado.

AQUARTELAMENTO (II)

A Polícia Militar está aquartelada em Maruípe, um dos bairros da Capital, exceto o Corpo de Bombeiros e Companhia de Guardas (elementos também integrantes da Corporação) que continuam instalados em três pavilhões remanescentes do antigo QG do Moscoso.

O QG de Maruípe, construído em 1938, com mais de vinte anos de utilização, portanto, só foi reparado uma vêz. Encontra-se consequentemente em péssimo estado de conservação. Sua rêde de esgôto só funciona em parte, porque o resto está danificado ou com entupimentos. As instalações sanitárias existentes, dêste modo, constituem um sério problema para a Corporação, problema esse agravado pela rêde de encanamento d'água que também só funciona parcialmente, assim mesmo quando há água. As janelas do Quartel estão em grande parte danificadas, faltando dezenas de vidraças. Quasi tôda a pintura das paredes, por ser velha, não aparece.

E os pavilhões no Moscoso que ainda abrigam o Corpo de Bombeiros e a Companhia de Guarda dispensam até comentários, dada a péssima situação em que se encontram.

Em face dêsse aquartelamento, a higiene da Tropa está fortemente abalada, cujas consequências desagradáveis, em futuro próximo, poderão refletir na saúde das praças.

SUGESTÃO:

Urgentes medidas governamentais devem ser tomadas no sentido de determinar ao órgão competente da Secretaria

da Viação e Obras Públicas do Estado para que proceda, na medida de suas possibilidades materiais, aos reparos no QG de Maruípe e nos referidos pavilhões do Moscoso, pondo em bom funcionamento as instalações sanitárias e o encanamento d'água, fazendo nova caiação e pinturas por dentro e por fora dos Quartéis, colocando vidraças nas janelas, etc.

EFETIVO EM PESSOAL (III)

O efetivo em pessoal da Corporação, para 1959, fixado em Lei, é quase igual ao fixado para o exercício de 1958, não estando coerente com o número de Unidades, Sub-Unidades e Órgãos Administrativos de toda a P. M.

Por exemplo: o número de oficiais de quasi todos os postos não corresponde ao número de cargos e funções existentes nos diversos órgãos constitutivos da Polícia Militar; se em algum lugar há oficiais sobrando, em outros faltam. Quanto aos graduados (sub-tenentes, sargentos e cabos), a disparidade é maior ainda, caracterizando-se pelos excessos existentes. E no que se refere aos soldados, além de algumas faltas (pouco mais de 50), a distribuição é mal feita.

SUGESTÃO:

Não há dúvida que uma nova e criteriosa fixação de efetivo em pessoal, seguida de uma distribuição certa baseada na organização da Polícia Militar, impõe-se ainda no corrente ano. Essa medida se torna ainda mais necessária por exigência de uma melhor distribuição de verbas no orçamento do próximo ano de 1960, para efeito de se pôr fim a algumas irregularidades administrativas que vêm de há mais de dois anos, no que tange ao pagamento de vencimentos e vantagens devidos ao pessoal excedente.

PODER BÉLICO DA CORPORACÃO (IV)

A Polícia Militar está praticamente, desarmada e desmuniçada. O armamento existente está bastante velho. O mesmo acontece com a munição. Além disso, armamento e munição que dispomos são em pequena quantidade, o que contraria os registros mantidos pelo Serviço de Material Bélico do Exército. Desconhece-se, portanto, o paradeiro de algumas armas e munições, cuja responsabilidade está sendo apurada através de uma Comissão de Inquérito Administrativo já designada pelo Comando Geral.

SUGESTÃO:

O armamento e a munição existentes devem ser trocados com urgência. Novas armas e mais munição devem ser adquiri-

ridas. Expediente para isso deverá ser encaminhado ao Governo oportunamente.

TRANSPORTE (V)

A Tropa está praticamente a pé, sem poder locomover-se convenientemente para atender às finalidades da Polícia Militar. É que os poucos veículos motorizados que a Corporação ainda possui estão velhos, bastante usados, e por várias vezes reparados. Só o automóvel do Comando, um jeep e um caminhão estão rodando; outros dois jeeps, dois caminhões-choque e um carro-lotação ainda estão na oficina mecânica, de onde tão cedo não sairão porque são grandes os consertos por que devem passar. Ademais, esses veículos nunca são bem reparados na oficina da Polícia Militar, dada à impossibilidade de aquisição de todas as peças necessárias, já que as dotações orçamentárias para esse fim são anualmente insignificantes.

Também a escassez de combustíveis na Corporação contribui decisivamente na existência de um serviço de transportes insuficiente. Ainda na gestão do Governo passado a P.M. contraiu um grande débito com a Shell Brazil Limited, sem que até hoje pudesse pagar por motivo de a respectiva dotação orçamentária ter-se estourado ainda cedo em 1958, não suportando os altos preços pelos quais estão sendo adquiridos os lubrificantes e combustíveis.

Está aqui, portanto, a razão fundamental que leva a Polícia Militar a se utilizar dos veículos do cais de Pôrto e de outros da Praça, pagando aluguel, sempre que a tropa necessita ser deslocada.

Ainda por este motivo o Comando Geral teve que suprimir, provisoriamente, o 2.º expediente nos dias de segunda e sexta-feira, semanalmente que ainda existia. Se os veículos destinados ao transporte de praças da cidade para Maruípe e vice-versa funcionassem normalmente, aquela medida não teria justificativa.

SUGESTÃO:

Assim como a Polícia Militar, também outros setores da administração estadual devem estar nas mesmas condições, sofrendo as consequências da falta de transportes. Na oportunidade o Governo resolverá este problema, pelo menos em parte. Então, sugere-se que quando isso ocorrer também a P. M. seja incluída na relação dos órgãos administrativos do Estado a serem beneficiados com a obtenção de novos veículos motorizados. Mas enquanto isso não ocorrer, que sejam reforçadas as dotações orçamentárias destinadas à aquisição de peças e acessórios para os diferentes reparos dos antigos veículos da Corporação.

ALIMENTAÇÃO DA TROPA (VI)

Não está sendo boa a alimentação da tropa. Valendo a etapa diária de cada militar apenas Cr\$ 40,00, de acôrdo com a legislação vigente, não é possível alimentar o soldado convenientemente, em face da alta constante do custo de vida. Os gêneros alimentícios de primeira necessidade estão sendo adquiridos por preços absurdos. E tudo vem aumentando assustadoramente. Só no corrente ano (de janeiro a fevereiro) a carestia foi agravada em mais ou menos nos 20%. A etapa do soldado compreende: café, com pão, pela manhã, almoço e jantar, valendo tudo isso a insignificância de Cr\$ 40,00, por assim dizer. Resultado: o órgão encarregado da subsistência da tropa (Rancho) além de ter prejuízos diários, só pode fornecer ao soldado uma fraca alimentação, assim mesmo em pequena quantidade. Daí dizer-se que o soldado está sendo mal alimentado.

SUGESTÃO:

A tabela constante de Lei que traz o valor da etapa do pessoal da Corporação precisa ser revista na primeira oportunidade. Medidas do Executivo junto ao Legislativo terão que ser tomadas ainda no corrente ano, pelo menos por ocasião da aprovação do novo orçamento para 1960.

FARDAMENTO (VII)

Devido à insuficiência das respectivas dotações orçamentárias, os soldados e cabos (praças que recebem fardamento em espécie) não estão sendo bem fardados. Poucas peças de fardamento recebem esses elementos, ficando sem receber outras que compõem o uniforme completo. O pior é que não há fardamento em estoque. O almoxarifado está praticamente, vazio. Por outro lado, isso significa que as novas aquisições de peças de fardamento serão feitas com muito dinheiro, cujas dotações orçamentárias previstas para o corrente ano pelo Governo passado são insuficientes para solucionar esse problema. Então, diz-se que nesta parte a situação da Polícia Militar também é crítica.

SUGESTÃO:

Por ocasião da elaboração do novo orçamento para 1960, as dotações para as despesas com a aquisição de fardamento devem ser reforçadas. Sem essa medida administrativa, fatalmente o soldado continuará se portando mal em público, no que tange ao uniforme com que se apresenta.

ENSINO E INSTRUÇÃO DA TROPA (VIII)

Através da Diretoria da Instrução, a Polícia Militar, mesmo com deficiência de meios, vem mantendo em funcionamento os setores responsáveis pelo ensino profissional e instrução policial-militar da tropa.

No campo do ensino, só está funcionando a Escola de Formação de Oficiais, cujos alunos (cadetes) do 2.^o ano são em número de 18. A situação dessa Escola não é boa devido à precariedade das suas instalações, principalmente das instalações sanitárias. A falta de meios auxiliares destinados às aulas práticas e teóricas, bem como a falta de um mínimo de conforto para os alunos constituem um sério problema administrativo.

Outros cursos, por enquanto, não estão funcionando, como o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, o Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos, o Curso de Formação de Graduados, o Curso de Formação de Especialistas, etc., tudo por falta de meios materiais e financeiros.

E no que se refere à instrução da tropa, a mesma sendo feita de acôrdo com as possibilidades da Corporação, sendo que uma pequena turma de recrutas se acha em pleno período de formação básico policial-militar. Para as praças prontas não está havendo instrução completa.

SUGESTÃO:

Quanto à Escola de Formação de Oficiais, as providências relativas iniciais ao melhoramento de suas instalações internas poderão ser tomadas por ocasião dos reparos gerais por que deverá passar todo o QG de Maruípe. A aquisição de meios auxiliares de instrução será decorrência de dotação orçamentária a ser consignada para a Polícia Militar no orçamento para o próximo ano de 1960. Mas o ideal seria evitar que os futuros oficiais continuassem sendo formados no QG da Corporação, pois o contato do cadete com a tropa é inconveniente à disciplina militar. Uma Escola de Formação de Oficiais só deve funcionar longe do convívio das praças, a exemplo do que se verifica em outras Corporações co-irmãs e no próprio Exército. Nêste sentido, será examinada oportunamente a possibilidade de transformar em realidade esta idéia.

Relativamente aos demais cursos e a instrução da tropa, outras medidas serão estudadas e postas em prática ainda a partir do corrente ano.

JUSTIÇA E DISCIPLINA (IX)

Nos primeiros contactos com a tropa, o Comando pôde verificar que a disciplina na Corporação estava relegada a

segundo plano, tanto assim que o elevado índice de criminalidade é assustador.

A prova disso está nos seguintes registros relativos à Justiça e à Disciplina em toda a Polícia Militar durante o ano de 1958 próximo passado.

a) — **Disciplina** (praças):

Houve 64 expulsões a bem da moral, 231 prisões disciplinares, 206 detenções e 86 repreensões. Mesmo assim, houve um mínimo de punições disciplinares, já que estas poderiam ter sido em número maior em face das gravíssimas faltas cometidas, cuja repercussão tem refletido frequentemente nas páginas dos jornais.

Foram instaurados 31 Inquéritos Policiais-Militares e 44 Sindicâncias para apurar ilícitos penais e faltas disciplinares.

b) — **Justiça:**

1. — Deserções: — Verificaram-se 17 casos de deserção de praças, o que constitui crime previsto no C. P. M.

2. — **Prisões judiciais:**

14 (quatorze) prisões foram impostas pela Justiça Comum;

10 (dez) outras foram aplicadas pela Justiça Militar.

3. — **Movimento processual penal:** Nos Cartórios Criminais das diversas Comarcas do Estado e fora do Estado registrou-se o seguinte movimento processual-penal contra elementos da Polícia Militar:

Alegre	2	Afonso Cláudio	9
Baixo Guandú	5	Colatina	16
Castelo	4	Conceição da Barra	4
Guarapari	2	Itaguaçu	1
Ibiraçu	2	Linhares	5
Domingos Martins	6	Itapemirim	4
Mimoso do Sul	3	Santa Tereza	3
Mucurici	1	Ecoporanga	3
Muniz Freire	5	São Mateus	6
Sta. Leopoldina	2	Fora do Estado	4
Gabriel Emilio	8	Vila Velha	4
Alfredo Chaves	2	Anchieta	0
B. S. Francisco	18	Cac. de Itapemirim	8
Guaçuí	2	Iúna	4
Aracruz	3	Vitória	44
Nova Venécia	3	Justiça Militar	28

Portanto, 211 membros da Polícia Militar responderam processo-crime em 1958.

Entre os punidos, disciplinar e judicialmente, bem como os processados, vê-se logo que a situação disciplinar e criminal da tropa constitui uma calamidade administrativa. Quaisquer outros comentários a respeito dessa incoerência funcional do policial-militar são aqui dispensados para efeito de meditação por parte de todas as autoridades estaduais, civis e militares.

SUGESTÃO:

Uma modificação na legislação da Polícia Militar no que se relaciona com a Justiça e Disciplina da tropa terá que haver com a possível brevidade. Por enquanto medidas enérgicas estão sendo tomadas na medida do possível, com o objetivo de por um paradeiro parcial nessa onda de indisciplina e criminalidade que avassala um dos setores policiais do Governo.

ESTADO HÍGIDO DA CORPORAÇÃO (X)

O estado hígido do pessoal da Corporação também não é bom. Dezenas de oficiais e praças bem como suas famílias, que se acham doentes, sem uma melhor assistência do Serviço de Saúde da P. M., comprovam essa situação.

Diariamente o Chefe do Serviço de Saúde comunica ao Comando Geral a existência de numerosos clientes atacados de moléstias diferentes, cujo tratamento pela Corporação de moléstias diferentes, cujo tratamento pela Corporação quase nunca pode ser feito dada à absoluta falta de meios materiais e de acomodações. Só há três médicos em simples atividades clínicas, deixando a parte cirúrgica (a mais importante) relegada a plano secundário, o que significa uma grave irregularidade administrativa neste setor de atividade da Corporação.

SUGESTÃO:

Dotando-se a Corporação de uma Enfermaria-Hospital no próprio QG, com uma sala de operação e outra de curativos devidamente aparelhados resolveríamos em parte esse problema vital. Com os reparos de todo o Quartel, ao mesmo tempo reservariamos o local da enfermaria em condições de atender às suas finalidades. Quanto ao material cirúrgico é necessário leitos, o Departamento Estadual de Saúde Pública se encarregaria de providenciar em parte e aos poucos, cabendo à Polícia Militar fazer o mesmo, de acordo com as pequenas possibilidades orçamentárias.

CORPO DE BOMBEIROS (XI)

O problema do Corpo de Bombeiros não se resume só na

falta de um Quartel condigno para abrigá-lo mas também na aquisição urgente de um pouco de material complementar ao já existente.

SUGESTÃO:

A solução do problema poderá ser encontrado numa simples medida administrativa: reforçar no próximo orçamento a dotação destinada à aquisição de material para o Corpo de Bombeiros, depois de tomada geral de preços.

ORGANIZAÇÃO DA P.M. — LEGISLAÇÃO

Na verdade a organização da Polícia Militar não está certa, carece de atualização. Atualmente sua organização não é militar nem policial. Em consequência a legislação vigente também não está atualizada.

SUGESTÃO:

Na gestão anterior foi encaminhado à Secretaria do Interior e Justiça um ante projeto de lei dispondo sobre a reorganização da Polícia Militar, cujo texto já é do conhecimento do Comando. Entretanto, nas condições em que está redigido esse ante projeto, certas falhas existentes decorrentes da atual organização da Polícia Militar perdurarão. Então, a proposição deverá retornar ao Comando para efeito de várias modificações. Nas condições propostas, as Unidades e Sub Unidades da Corporação seriam excessivamente militarizadas, o que não está coerente com as finalidades das Milícias Estaduais que são essencialmente policiais, conforme estabelece o art. 183 da Constituição Federal combinado com as disposições constantes da Lei Federal n. 192/36.

SECRETARIA DA AGRICULTURA, TERRAS E COLONIZAÇÃO

SITUAÇÃO GERAL

A Secretaria da Agricultura é o departamento administrativo encarregado de promover e fomentar a produção estadual em todos os seus aspectos e modalidades.

Os trabalhos da Divisão de Terras e Colonização, em geral, não têm sido satisfatórios. A falta de regulamento próprio tem sido fator sumamente adverso ao bom andamento das atividades relacionadas com terras.

A lei de terras número 617, necessita de algumas modificações, especialmente no que se refere ao preço das terras devolutas e área máxima de concessão.

Aproximadamente 2.000 processos estão em atraso de pa-

gamento e, em decorrência do serviço precário, é elevado o número dos que incorreram em caducidade.

Não existe nenhum projeto de colonização em andamento.

Áreas de elevado valor no perímetro urbano da Capital, passaram recentemente a ser comercializadas por sociedade anônima e, ao que parece, não houve justificativa para a medida.

É de se esperar que a presença de um técnico na direção da Divisão de Terras e Colonização e a adoção de medidas relacionadas com as delegacias de terras contribuam decisivamente para o melhor andamento dos trabalhos relacionados com as terras e colonização.

Com relação à Divisão do Fomento, reina uma desorganização em todos os setores. A falta de planejamento, a inexistência de recursos materiais, adoção de métodos antiquados de assistência aos agricultores, o desapêgo à hierarquia administrativa e o excesso de pessoal incapacitado tecnicamente são as principais razões da ineficiência quase absoluta da referida Divisão.

SITUAÇÃO FINANCEIRA

A Secretaria de Agricultura, Terras e Colonização em decorrência dos poucos recursos disponíveis e da má distribuição dos mesmos, está em precária situação financeira.

Este fator tem concorrido grandemente para a sua ineficiência quase completa, pois as peculiaridades dos trabalhos desenvolvidos por esse órgão implicam na necessidade de um plano de trabalho, sem o qual, a exemplo do que tem acontecido, haverá completa desorganização dos serviços.

Com verbas do acôrdo federal só dos exercícios de 1957 e 1956, deverão ser saldados compromissos de ordem de Cr\$ 690.351,00.

As folhas operárias do exercício passado, estão com um atraso de Cr\$ 764.034,70 no pagamento.

A Secretaria de Agricultura, Terras e Colonização utilizou indevidamente numerário pertencentes às Delegacias de Terras, credoras de Cr\$ 1.140.616,10 em decorrência de tais transações.

O Serviço de Revenda, que em outros tempos tantos benefícios levou aos agricultores, está com um estoque muito aquém do desejável e, além de desorganizado, não recebeu as dotações orçamentárias previstas, no montante de Cr\$ 5.000.000,00.

Este serviço deve aproximadamente, Cr\$ 3.000.000,00, e em 31 de janeiro de 1958, apresentava um saldo de Cr\$ 10.995,00 em Banco. Observa-se que tem havido uma diminuição gradativa do patrimônio do serviço e a desorganização é tal que nem sequer, existe escrituração própria.

Um acôrdo com o IBC. firmado em 1954, carreu recursos no valor de Cr\$ 4.000.000,00, incluído um aditivo feito em 1955. A prestação de contas desse acôrdo, bem como a de dois outros, no montante de Cr\$ 2.600,00 não foi feita àquele Instituto. Estamos tomando providências para normalizar tal irregularidade a fim de que possamos canalizar outros recursos para o Estado.

Dos acôrdos com o Ministério de Agricultura, um do montante de Cr\$ 4.100.000,00, em 1958, somente a parcela correspondente ao primeiro trimestre foi liberada, unicamente por falta de obrigação contratual por parte do Estado. Estes acôrdos vêm sendo executados irregularmente de vez que o Estado não tem feito os depósitos nos prazos fixados.

PESSOAL

O quadro de pessoal da Secretaria de Agricultura, Terras e Colonização, incluindo servidores efetivos, contratados e de Acôrdos Federais, evidencia que existe uma relação de 12 funcionários por município. Por outro lado, há uma relação de 33 técnicos de nível superior (agrônomos e veterinários) para 433 funcionários de outras categorias.

Tais índices revelam claramente o excesso de servidores não especializados, os quais, com preferência, estão ocupando cargos que exigem experiência e especialização. Este problema tem concorrido grandemente para o descrédito dos serviços da Secretaria por parte dos agricultores que não vêm nos nossos funcionários capacidade técnica suficiente para os convencer da vantagem de se adotar melhores técnicos de produção.

O número de contratados é excessivo, infringindo frontalmente a lei 15.661, de 3/7/44, que facultou o uso desta classe de servidores, o que está contribuindo para a existência de servidores incapacitados para a função.

O gasto mensal aproximado de Cr\$ 700.000,00, com operários no exercício passado para o diminuto volume de atividades desenvolvidas, evidencia que tem havido um baixo rendimento do trabalho de tais servidores e mostra a necessidade de um melhor aproveitamento da mão de obra disponível com um menor número de operários.

Também, as atividades desenvolvidas pelos técnicos da Secretaria de Agricultura não têm correspondido à expectativa, em decorrência de uma série de fatores, entre os quais se destacam: execução de serviços estranhos à Secretaria de Agricultura, falta de técnicos de orientação, recursos materiais insuficientes, falta de treinamento em serviço e planificação do trabalho. Nos últimos anos observou-se uma evasão dos técnicos sem que houvesse uma renovação correspondente, o que veio concorrer para acentuar a deficiência dos diferentes setores da Secretaria de Agricultura.

ARTICULAÇÃO COM OUTROS ÓRGÃOS

A experiência tem mostrado que o volume de prestação de serviços ao homem do campo é proporcional à intensidade de articulação entre os órgãos que atuam no meio rural. Até hoje não tem havido um entrosamento satisfatório dos serviços existentes no Estado.

A ACARES. deverá se constituir num instrumento eficaz no conjunto das entidades responsáveis pelo desenvolvimento da classe rural, mediante a expansão gradativa de suas atividades por todo o Estado.

As modernas técnicas de assistência agropecuária demonstram que o agricultor precisa ser encarado como um “fator de agricultura”. Daí a necessidade de haver um equilíbrio entre os problemas de natureza técnica, econômica e social a serem atacados, facultando uma melhoria do nível de vida, em correspondência com o aumento de produção. Dentro desta associação de idéias a cooperação do Serviço Social Rural é imprescindível para executar alguns projetos de desenvolvimento de comunidades rurais e, para tal, contaremos com a indispensável ajuda daquele Serviço especializado. Procuraremos promover planos de articulação com os órgãos federais no sentido de se evitar dualidade de atividades e procurando complementar os recursos disponíveis.

Todos os esforços serão desenvolvidos para que haja total cumprimento das cláusulas contratuais dos acordos, evitando que recursos federais deixem de ser liberados (a exemplo do que tem acontecido), e possibilitando uma maior soma de benefícios por parte dos órgãos de âmbito federal.

COOPERATIVISMO

Existem no Estado 51 cooperativas de produção agropecuária, reunindo 3.807 socios, com um capital social total de Cr\$ 31.926.481,00.

Salvo honrosas exceções, o funcionamento das cooperativas tem sido insatisfatório. Muitos fatores estão concorrendo para esta situação, a saber: falta de trabalho de base para a organização da sociedade, volume de negócios insuficiente, falta de crédito e manejo deficiente.

O serviço de cooperativismo deverá ser dinamizado, facultando uma assistência efetiva às cooperativas existentes e em fase de organização.

Em articulação com outros órgãos, deverão ser promovidos cursos de treinamentos para os gerentes das cooperativas.

Deverá ser feito um levantamento completo da situação de todas as cooperativas, a fim de ser elaborado um plano de assistência para cada uma delas.

DELEGACIAS DE TERRAS

Pelo decreto lei n. 16.672, de 25 de julho de 1947, criaram-se as delegacias de terras com o objetivo de descentralizar o trabalho. A medida em muitos aspectos, especialmente para a época, foi benéfica, pois facilitou a tramitação dos processos e redundou em economia de tempo e dinheiro para os interessados na aquisição de terras devolutas. Entretanto, em decorrência de uma série de fatores, tais delegacias vêm funcionando precariamente:

— Em geral, os delegados de terras não estão à altura do cargo;

— não há um regulamento próprio para o funcionamento das delegacias, impossibilitando uma definição de responsabilidades, o que vem acarretando um baixo rendimento nos serviços;

— as delegacias não estão dotadas de recursos materiais indispensáveis ao bom andamento do trabalho, especialmente veículos.

Constituem-se em órgãos arrecadadores e depositários do numerário a ser entregue aos agrimensores pelo trabalho realizado. Mas, além de ser uma atribuição estranha à Secretaria de Agricultura, esta arrecadação não tem sido devidamente controlada; com frequência, os agrimensores são incapacitados tecnicamente e os equipamentos de que dispõem são deficientes.

Em consequência dos supracitados fatores e de outros, a tramitação dos processos, é geralmente lenta, a frequência de protestos é enorme e, atualmente, aproximadamente 1.500 requerimentos de terras estão pendentes de solução.

Entre algumas das providências a ser tomadas, citam-se:

- 1) — tomada de contas e inventário geral em todas as delegacias;
- 2) — elaboração de um regulamento específico;
- 3) — adoção de um cunho mais técnico na escolha dos delegados;
- 4) — revisão geral da capacidade técnica dos agrimensores e cursos de treinamento obrigatório;
- 5) — introdução de relatório mensal, possibilitando a análise geral do andamento dos processos e a verificação da eficiência do trabalho nas delegacias;
- 6) — assistência aos delegados mediante supervisão técnica e inspeções. Para tal, urge que seja dinamizado o serviço de inspetoria da Divisão de Terras e Colonização;
- 7) — proibição de nomeação de agrimensores e tarefeiros.

ros sem a previa anuência da direção da Divisão de Terras e Colonização.

RESERVAS FLORESTAIS

Em geral, as reservas florestais não vêm sendo devidamente cuidadas. A necessidade de serem conservados os recursos naturais representativos de uma região é incontestável e os povos mais adiantados do mundo invertem somas fabulosas na preservação de seus recursos naturais.

Algumas de nossas reservas, além de mal conservadas, foram até parcialmente alienadas.

De imediato, torna-se necessário a construção de casas rústicas para os guardas florestais, e uma fiscalização mais assídua. Serão revistas tôdas as escrituras fornecidas em áreas inalienáveis.

SERVIÇO DE REVENDA

Em outras épocas prestou bons serviços aos agricultores.

Atualmente apresenta aspecto pouco animador.

Dispõe de um estoque "provável" de Cr\$ 9.790.704,70 (nove milhões, setecentos e noventa mil, setecentos e quatro cruzeiros e setenta centavos), o que só poderá ser considerado em definitivo após o levantamento que está se processando em todas as Casas do Lavrador.

A organização mantida impedia o pronto contrôle dos estoques pelo serviço central, ensejando a possibilidade de desfalques, que aliás, foram bastante frequentes.

A mesma organização não permitia o pronto conhecimento dos credores e nem o volume de seus créditos. Os compromissos assumidos não foram saldados, resultando em verdadeira fuga das firmas fornecedoras.

Mantém-se 49 depósitos todos bem providos de pessoal, embora desprovidos de materiais necessários ao agricultor. Há falta absoluta de formicida, inseticidas em geral, adubos, sementes, ferramentas de trabalho, máquinas e vacinas.

Providências estão sendo tomadas para que haja rápido atendimento dos agricultores e reorganização do Serviço.

As primeiras partidas de HCB, já atingiram alguns pontos do interior. Entendimentos estão se realizando com os fornecedores de vacinas necessárias à profilaxia da raiva, da aftose, brucelose e peste suína. Sementes de hortaliças em breve estarão sendo fornecidas aos agricultores além do indispensável material para o combate à saúva.

Será mantido sistema de fiscalização e os faltosos no manejo do dinheiro público serão punidos.

Estas são providências imediatas. Outras serão tomadas para fornecimento de animais de alta qualidade, sementes de cereais, mudas de plantas frutíferas, máquinas agrícolas e outros materiais necessários a promover a adoção de melhores técnicos.

VEÍCULOS

Nenhum cadastro de veículos foi encontrado e com grandes dificuldades promoveu-se rápido levantamento, sujeito a confirmação em alguns pontos.

7 (sete) caminhões de marcas diversas foram localizados e, dêsses, apenas dois estão em funcionamento.

Apuramos a existência de 29 (vinte e nove) camionetas das quais apenas 20 (vinte) se encontram em poder da Divisão do Fomento. Das existentes somente sete (7) estão em funcionamento, mesmo assim em estado precário, incapazes de serem submetidas a regime de trabalho normal sem grandes reparos.

Apurou-se a existência de 15 (quinze) jeeps, dos quais somente 8 (oito) estão em poder da Divisão do Fomento e cinco (5) apenas em funcionamento. Todos em péssimo estado de conservação.

Estamos procedendo o levantamento dos reparos necessários ao funcionamento de um maior número possível de veículos desde que o gasto com a recuperação seja aconselhável.

Se considerarmos que agrônomos e veterinários em seu trabalho normal de atendimento aos agricultores devem rodar na média de 1.000 km/mês, e se considerarmos o aspecto de veículos acima exposto, bem se pode avaliar, sem maiores comentários, o grau de eficiência de que é capaz a Secretaria de Agricultura, Terras e Colonização, sem a modificação do quadro atual.

MAQUINAS AGRÍCOLAS

Com relação a tratores e implementos agrícolas o aspecto é inteiramente semelhante ao precedente. Não há registro de materiais, não há controle de serviços executados.

Existem 30 (trinta) unidades espalhadas pelo Estado e a maioria delas estacionada aguardando reparos. Estamos procedendo levantamento completo do material existente, suas condições e possibilidades de recuperação econômica.

Os tratores existentes, todos com mais de sete (7) anos de uso, cumpriram a missão de ensinamento e demonstração e deram como resultado a penetração de grande número de máquinas na propriedade particular.

É chegado o momento para a abertura de uma nova frente.

Os pesados trabalhos de destocamento, retificação de

córregos, pequenas drenagens, aberturas de terreiros, pequenas estradas de acesso às lavouras, conservação do sólo e outros, exigem o emprêgo de máquinas de preço proibitivo ao médio lavrador.

As máquinas pesadas, adquiridas pela Secretaria da Agricultura iniciarão êstes trabalhos no presente ano, levando às propriedades agrícolas, patrulhas mecanizadas capazes de solucionar problemas dessa ordem, por preços módicos.

Projetamos o treinamento de um corpo de mecânicos em firmas especializadas, que darão assistência não só às máquinas da própria Secretaria de Agricultura, como aos lavradores que a solicitarem.

A oficina da Divisão do Fomento ficou reduzida a simples barracão que se desmorona. Será provida do material indispensável a uma perfeita assistência e conservação das máquinas e veículos da Secretaria de Agricultura e sempre que for possível atenderá aos agricultores.

Como medida complementar, faremos o entrosamento com as Escolas Agrotécnicas para a manutenção de cursos de tratoristas, para que possam operar tratores e implementos agrícolas nas propriedades rurais.

FAZENDA DO ESTADO

Estão divididas em dois grupos de atividades:

- 1) — Fazendas que se dedicam à produção e melhoramento de animais.
- 2) — Estações que se dedicam à produção e melhoramento de plantas.

Há em quase tôdas elas, o mesmo estado de desorganização que prevalece nos demais setores.

A inexistência de quaisquer registros de contrôle e o curto espaço de tempo decorrido da posse da atual administração não permitiu ainda ajuizamento completo da situação dessas propriedades, que serão objeto de estudo no próprio local.

No entanto, mesmo em rápida visão podemos salientar alguns fatores que deram como resultante a ineficácia de tais Fazendas. Entre outros podemos citar: —

- 1) — ausência de planejamento;
- 2) — ausência de supervisão;
- 3) — recursos materiais insuficientes e excesso de gasto em pessoal. Tal desequilíbrio é gritante em Estações como Viana e Santa Maria que se vêm dedicando exclusivamente à produção de mudas, onde o gasto com pessoal atinge nível superior a 95% da despesa total;

- 4) — ausência de entrosamento com os problemas regionais;
- 5) — eficiência de pessoal capacitado na administração.

Já foram assentados os seguintes pontos como programa de trabalho do presente exercício: —

- 1) — efetuar o levantamento e registro de tôdas as propriedades do Estado;
- 2) — planejamento de atividades de tôdas as Estações;
- 3) — incrementar as atividades de experimentação mediante entrosamento com outros órgãos do País.
- 4) — estimular a revenda de produtos obtidos nas propriedades do Estado, adotando justo critério de distribuição;
- 5) — organização de um sistema de contrôle e supervisão dos trabalhos desenvolvidos nas Estações e Fazendas;
- 6) — prover as Fazendas do Estado de animais de alta qualidade.

DEFESA SANITÁRIA ANIMAL

Não é animador o estado sanitário dos rebanhos do Estado.

Grande mortandade está se verificando no rebanho bovino, atacado pela raiva e aftose. A peste suína provocou grande desfalque no rebanho suíno e a cólera ceifou a população avícola. A brucelose avançou primeiramente atingindo a limites perigosos, tanto no sul como no norte do Estado. O Instituto Biológico do Espírito Santo que tanto serviço prestou na fabricação de vacinas, encontrava-se paralizado há quase um ano, por defeito em suas instalações elétricas.

Há falta absoluta de vacinas nos depósitos de revenda.

Providências estão sendo tomadas para um eficiente abastecimento de vacinas em todos os Postos de Revenda. Já se encontra em funcionamento o Instituto Biológico. Foi iniciado o entrosamento com o Ministério da Agricultura para um amplo combate à brucelose que representa sério perigo não só ao rebanho bovino mas à própria população.

A carência de sais minerais e a verminose vêm impedindo o desenvolvimento da pecuária, especialmente na região litorânea.

Promoveremos uma planificação geral das atividades relacionadas com a defesa sanitária animal, incluindo: assistência aos veterinários, cursos de treinamento para vacinadores e modificação de seus métodos de trabalho e suprimento dos Postos de Revenda com produtos biológicos.

USINAS DE LATICÍNIOS

As Usinas de Laticínios que foram construídas para introduzir no Espírito Santo outra fonte de renda, visando diminuir as crises provocadas pela monocultura do café, não receberam as devidas atenções do governo passado.

A Usina de Resfriamento de Alfredo Chaves está ausente de suas atividades e suas máquinas fornecem luz à cidade.

Foi desmontada a de Guaraná e suas máquinas transferidas para Nova Venécia, Mimoso do Sul e Batalha.

Quanto à de Ibirapu, que estava em fase de conclusão, o Governo anterior não tomou nenhuma providência para que funcionasse.

A de Batalha foi entregue à Cooperativa Agrária de Cachoeiro de Itapemirim.

Desabou a de Mimoso do Sul, estando em fase de reconstrução.

As Usinas de Laticínios são para o Espírito Santo, uma maneira de conservar a pequena propriedade, nas zonas onde o café passou como lavoura de terra nova e existe pouca possibilidade de replantio em terrenos esgotados.

Além de diversificar as bases econômicas do lavrador, produz resíduos que desenvolvem outras atividades na propriedade agrícola e melhora a alimentação nos meios rural e urbano.

Destino semelhante ao das Usinas de Laticínios tiveram as Fábricas de Farinha de Córrego da Palmeira, de Linhares, Riacho e Itapemirim.

À medida que os recursos permitirem serão recuperadas as existentes e sempre que possível, colocadas sob administração dos agricultores.

CULTURA DO CAFÉ

Ainda prevalece como a maior fonte de interesse do Estado. Sua considerável progressão na receita estadual exige cuidadosa atenção por parte dos poderes públicos.

A posição perfeitamente conhecida do mercado internacional com relação aos tipos produzidos entre nós exige transformação radical das técnicas de cultura e preparo do produto.

Não nos parece fácil alterar a tradição do porto de Vitória, sabidamente o exportador de café da pior qualidade que alcança o exterior. No entanto tudo deve ser tentado e, nesse particular, é imprescindível a cooperação do Centro do Comércio do Café de Vitória.

Acreditamos que prevalecendo os preços atuais e considerando o baixo rendimento das lavouras do Estado, a maioria dos cafeicultores tenderá para o empobrecimento gradativo com as consequências inevitáveis do deslocamento da mão de obra

e diminuição do valor da produção do meio rural, ainda o sustentáculo da nossa economia.

O que nos parece agora um problema insolúvel acreditamos possa ser contornado à base de um planejamento consciente.

As culturas extensivas de hoje deverão ceder lugar a pequenas culturas de grande produtividade em locais de topografia acessível à introdução de técnicas mais modernas, redundando no aumento do rendimento unitário das lavouras, e na facilidade de se obter um produto de melhor qualidade. Tal orientação ainda possibilitará uma maior diversificação de rendas e uma preservação mas adequada dos nossos recursos naturais.

O tratamento adequado do produto desde a colheita ao beneficiamento tenderá a valorizá-lo, salvaguardando os interesses da maioria de nossos agricultores e, consequentemente, a estabilidade financeira do Estado.

Trazer o lavrador sempre bem informado das cotações de seus produtos nas principais praças de comércio do País, poderá contribuir para estimular o espírito comercial de que necessita o agricultor, vivendo ainda em alguns setores no primitivo aspecto de economia de trocas de sua produção por serviços ou bens de consumo.

Além dessas medidas de ordem geral outras serão tentadas com caráter mais diréto, tais como:

- 1) — colocar ao alcance dos lavradores sementes de alta qualidade;
- 2) — incrementar o uso de despoldadores e secadores;
- 3) — formação de lavouras pilôto em cooperação com os agricultores, para fins demonstrativos, sob o ponto de vista técnico;
- 4) — colocar ao alcance dos cafeicultores os meios necessários à defesa sanitária de suas lavouras;
- 5) — manutenção de um serviço experimental para seleção de teste de variedades e métodos culturais;
- 6) — articulação dos Serviços da Secretaria com outros órgãos para maior rendimento dos trabalhos.

O que se pretende na modificação proposta tem aspecto de profunda repercussão na nossa estrutura agrária. O incentivo ao financiamento por parte de órgãos especializados, no sentido de alterar a introdução de equipamentos e de melhores instalações nas fazendas de café, se constituirá em instrumento indispensável ao trabalho de soerguimento da nossa lavoura cafeeira.

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Na Secretaria de Viação e Obras Públicas o excesso de pessoal, em quasi todos os seus órgãos, se repete onerando os encargos públicos com despesas improdutivas de grande vulto.

Assim é que a Administração do Porto de Vitória tem em serviço mais de 300 (trezentos) empregados desnecessários, a Divisão de Obras Públicas possui um excesso de pessoal, somando mais de 60 (sessenta) servidores, e o Departamento de Estradas de Rodagem não se exclue dêsse mesmo êrro, com pessoal em demasia em número superior a 60 (sessenta) pessoas.

É fácil prever-se o prejuizo de ordem geral resultante do apinhamento de servidores, dando mostra da liberalidade incentivadora da indisciplina.

Outro aspecto digno de menção se relaciona com o estado dos equipamentos pertencentes ao Estado. O Departamento de Estradas de Rodagem estava com quasi todos os seus tractores em mãos de particulares e muitas unidades dêsses equipamentos, sobretudo caminhões, ainda hoje não foram encontradas.

A Secretaria de Viação e Obras Públicas possui 4 divisões: Obras Públicas, Águas e Energia Elétrica, Geografia Geologia e Mineralogia e Administração.

Na Divisão de Obras Públicas, a de maiores encargos, há excesso de pessoal administrativo e falta de pessoal técnico.

Tem ela a seu cargo a conservação dos imóveis do Estado e a direção das obras de natureza geral, exclusive aquelas cometidas a Administração do Porto de Vitória e ao Departamento de Estradas de Rodagem e outros órgãos especializados.

A conservação dos edifícios públicos está a exigir a maior atenção no momento, sendo inúmeros os grupos escolares, cadeias e outros próprios estaduais danificados pelo tempo, quasi imprestáveis ao uso. É esta uma face da administração para a qual teremos que dar a maior atenção.

A Divisão de Águas e Energia Elétrica, com a criação da ESCELSA (Espírito Santo Centrais Elétricas S/A), tem suas atribuições quasi limitadas, no momento, a socorrer as instalações elétricas dos edifícios públicos e fiscalizar as contas de fornecimento de energia ao Estado pela Companhia Central Brasileira de Fôrça Elétrica. Repousando nas mãos da ESCELSA, como acontece, a responsabilidade do desenvolvimento do plano de eletrificação do Estado, o estudo da regularização de seus cursos d'água para prevenir enchentes e para o aproveitamento da irrigação das áreas marginais, é de se

converter a Divisão de Águas e Energia Elétrica em outro órgão com atribuições menos latas, para evitar a balburdia sempre resultante da duplicidade de órgãos aplicados no mesmo fim.

A Divisão de Geografia, Geologia e Mineralogia, sem verba para os seus mais altos misteres, cinge-se a guardar em seus arquivos os trabalhos já executados, ainda muito resumidos, para um perfeito conhecimento de nosso facies geográfico e dos recursos minerais do solo, tão necessários ao planejamento da economia do Estado.

A Divisão Administrativa, embora se encontre com número de servidores superior às suas necessidades, nada nela ocorre digno de menção.

Além de suas Divisões, encontram-se ainda subordinadas à Secretaria de Viação e Obras Públicas a Administração do Porto de Vitória, o Departamento de Estradas de Rodagem, o Entrepôsto Frigorífico de Vitória e a Estrada de Ferro Itapemirim.

A Administração do Porto de Vitória é o órgão mais sobrecarregado de excesso de pessoal, ascendendo a quasi Cr\$ 800.000,00 (oitocentos mil cruzeiros) mensais a despesa desnecessária com êsse item.

Para o exercício corrente, mantidas as despesas nos níveis atuais, teremos um deficit mensal de Cr\$ 3.000.000,00 (treis milhões de cruzeiros).

Não se justifica tal deficit, desde que o serviço do Porto é prestado ao comércio em geral, devendo receber a justa remuneração, a que baste para os seus encargos e às necessárias provisões quanto à renovação de seu equipamento.

Há necessidade de economia no gasto com o pessoal e uma revisão de suas tarifas, de forma a atingir-se o equilíbrio entre despesa e receita.

As obras atualmente em execução, quasi terminadas, 420 metros lineares de caes em Paul, deverão prosseguir com um trêcho de mais 90 metros lineares de cais. Ali se pretende localizar o transbordo de mercadorias pesadas: minério da Cia. Vale do Rio Doce, produtos e importações da Usiminas e outros.

Terá em breve início a dragagem do canal e do Porto para calado de 13 metros, facilitando o acesso de navios de alta tonelagem e consequente barateamento dos fretes.

Precisamos adotar medidas preventivas, quanto às áreas aterradas da Capichaba, de forma a preservar-se uma faixa de 80 metros de largura em tôda sua extensão, junto à baía, pela qual se deverá estender nova cortina de cais de acostamento. O transbordo de mercadorias no Porto de Vitória cresce acentuadamente e devemos nos prevenir para acompanhar o ritmo de seu desenvolvimento.

O Departamento de Estradas de Rodagem, se acha desapparelhado de recursos e equipamentos para cumprir seus encargos.

A conservação das estradas de rodagem, a que se deve dispensar a melhor atenção, dispõe na verdade de algum equipamento, mas irá absorver grande parte das verbas disponíveis, desfalcando o setor da construção de novas estradas.

Teremos, pois, no corrente exercício, um plano modesto de abertura de novas rodovias, dedicando-nos de preferência à conclusão do trêcho Cachoeiro de Itapemirim-Alegre e à construção de uma rede na zona altamente produtora dos municípios de São Francisco, Mantenópolis, Ecoporanga, Mucurici e Nova Venécia, tão mal servidos de rodovias.

Infelizmente as dotações orçamentárias exiguas, somadas aos recursos oriundos do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, não são suficientes para nos lançarmos, desde já, à pavimentação de nossas rodovias, porque antes necessitamos aumentar nossas vias de transporte, embora em leito de terra. Iremos, entretanto, montar um laboratório de experimentação de solos de forma a se dar à conservação das estradas de terra uma orientação técnica, que implique em melhora de seu leito e em economia.

Os números a alinhar nesta resumida exposição pouco significariam, a não ser que quisessemos expô-los em sua longa enumeração, o que viria nos obrigar a fugir da concisão.

O Entrepôsto Frigorífico de Vitória, órgão destinado a armazenar mercadorias perecíveis facilitando o abastecimento da Capital e circunvizinhanças, não vem realmente desempenhando a contento essa finalidade, nem mesmo quanto ao fornecimento de leite pasteurizado.

Os contratos com os fornecedores de leite necessitam de revisão e de ajustes que os tornem justos e equitativos e a fiscalização da venda do leite não pasteurizado precisa de maior rigor, a fim de que o Frigorífico possa, sem prejuízo, manter os mesmos preços de compra e venda nos períodos de excesso e de escassez do produto.

Precisamos adaptar o frigorífico para armazenamento do pescado, assim como fomentar no Estado a Produção de utilidades perecíveis, sobretudo de produtos da lavoura, muitos deles trazidos de São Paulo para o nosso abastecimento.

As taxas cobradas pelo Entrepôsto precisam também ser ajustadas, a fim de equilibrar despesa e receita, dando-lhe a característica, que lhe é peculiar, de órgão industrial.

A estrada de Ferro Itapemirim, cuja finalidade comercial foi quasi extinta com a morte da Navegação costeira e consequente paralização do porto de Itapemirim, é um dos serviços deficitários do Estado. Este porém merece nosso sacrifício, já que a existência do parque industrial de Cachoeiro de

Itapemirim, sobretudo a nova fábrica de cimento e das jazidas de manganês de Guaçuí e Castelo, virá a necessitar, em larga escala de seus serviços.

O seu estado atual é precário e se encontra no momento privada de seu tráfego mútuo com a Leopoldina, pelo arrancamento de 500 metros de linha, feito pelo Governo passado, para a abertura de uma avenida em Cachoeiro de Itapemirim. É imprescindível o restabelecimento do seu tráfego mútuo com a Leopoldina, para dilatar sua utilização, assim como precisamos aparelhá-lo, logo que as obras do pôrto de Itapemirim justifiquem essa providência. Do acêrvo da antiga estrada de ferro Itabapoana, adquirida pelo Estado, muito se aproveitará no reequipamento da Estrada de Ferro Itapemirim.

Também as suas tarifas precisam ser atualizadas a fim de diminuir seu deficit, que atingiu em 1958 a Cr\$ 5.846.000,00 (cinco milhões oitocentos e quarenta e seis mil cruzeiros).

Enquanto não contarmos com o traçado da Leopoldina pelo Litoral, a Estrada de Ferro Itapemirim tem o papel de escoadouro da produção do Sul do Estado pelo Pôrto de Itapemirim, impedido atualmente de cumprir seu destino econômico por falta sobretudo de profundidade de sua barra, mas que futuramente poderá permitir a entrada de navios de mais de 500 toneladas, cujos fretes poderão concorrer com o transporte rodoviário.

Neste breve relato sôbre as atividades da Secretaria de Viação e Obras Públicas não cabe ainda descrever um plano do que se pensa fazer sob sua orientação, onde deveremos contar com a ajuda marcante de alguns órgãos federais, sobretudo os Departamentos de Obras e Saneamento, de Portos, Rios e Canais e Nacional de Estradas de Rodagem.

Devemos, no entanto, anunciar que já nos encontramos em entendimentos com êsses órgãos federais para uma estreita colaboração, de que resultarão benefícios assinaláveis para o Estado.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

A Secretaria da Educação é o Departamento encarregado da centralização, estudo e despacho de todos os assuntos da administração estadual relacionadas com o desenvolvimento intelectual e moral da coletividade capixaba.

É evidente o desconforto consequente à falta de instalações adequadas e de espaço para o desenvolvimento satisfatório das diferentes atividades da Secretaria de Educação e Cultura, o que acarreta o natural tumulto na execução das tarefas que lhes estão afetas. O atendimento das partes se faz com morosidade e sacrifício, devido à falta de condições mínimas necessárias para uma conveniente atenção e estudo dos casos a serem resolvidos, já que os mesmos são atendidos ou solucionados em situação de absoluta falta de discrição e

tranquilidade, dadas as precárias condições de conforto para o público e serventuários da Secretaria.

Acrescente-se a tudo isto a inexistência de veículos, em virtude do estado precário de conservação dos mesmos.

Há um único (jeep) em funcionamento, veículo êsse que servia ao Serviço de Educação Física.

A Secretaria de Educação e Cultura, através de suas diferentes Divisões e Serviços, tem procurado resolver, à proporção que vai tomando conhecimento dos casos, que são inúmeros, tal o regime de exceções, irregularidades e privilégios, ferindo dispositivos legais, todos os problemas que necessitam de solução urgente, dentro naturalmente, de uma escala de prioridade quanto a sua importância no programa educacional.

No curso deste período inicial de trabalho, observando e examinando, com critério, todos os setores de atividades desta Secretaria, tivemos que adotar medidas para a solução adequada no interesse do progresso do ensino em nosso Estado, que mais abaixo teremos oportunidade de enumerar. Da mesma forma, constata-se uma série de irregularidades, que se discrimina a seguir:

1) — Gastos efetuados com diaristas, docentes de emergência; e despesas irregulares.

Foram admitidos, sem a existência de recursos orçamentários próprios, 236 diaristas, com um excesso, portanto, de despesa, no total de Cr\$ 4.740.390,00, elevando-se a despesa total a cerca de Cr\$ 17.000.000,00 quando o orçamento apenas previa Cr\$ 12.259.610,00.

Para atender ao pagamento de 1.167 docentes de emergência, admitidos em 1958, foi também necessário lançar mãos de recursos extra-orçamentários, na importância de.... Cr\$ 3.300.000,00, num total, portanto, de Cr\$ 8.550.000,00.

Também ressaltamos despesas efetuadas sem dotação própria para pagamento de hospedagem, no valor de..... Cr\$ 75.000,00; festas de inauguração do Colégio Estadual do Espírito Santo e Faculdade de Ciências Econômicas, no valor de Cr\$ 107.148,00.

Foram gastos a mais Cr\$ 1.556.200,00, para atender as despesas com gratuidades de ensino — matrículas e bolsas de estudo a 371 beneficiados, indistintamente, sem atender aos créditos estabelecidos em lei.

Releva notar que a grande maioria destes débitos constituem encargos a serem solvidos pelo atual governo, o que vem agravar ainda mais a solução dos diferentes problemas administrativos, na atual conjuntura.

2) — Dados referentes à manutenção do Programa de ensino.

Para a manutenção do programa de ensino o Estado dispendirá, em 1959, o total de Cr\$ 317.657.830,00; conforme se especifica a seguir:

Estabelecimentos de ensino primário e pré-primário	Cr\$ 244.829.560,00
Estabelecimentos de ensino Secundário..	Cr\$ 44.663.090,00
TOTAL	Cr\$ 317.657.830,00
Estabelecimentos de ensino Superior....	Cr\$ 28.165.180,00

3) — Prédios Escolares

O estado de conservação dos prédios escolares e suas respectivas instalações, em grande número de casos é de tal ordem precário que exige da Administração providências imediatas, a fim de que possam dispor das condições mínimas necessárias a um satisfatório funcionamento.

A Escola Normal "Pedro II", que em 1958, funcionou com a matrícula efetiva de 1.250 alunos, mais cêrca de 800 do Grupo Escolar "Gomes Cardim", e 400 da Escola Técnica "Domingos Martins", apresentava condições higiênicas tão precárias que exigiu da Secretaria de Educação e Cultura providências enérgicas quanto ao material didático, reparação de móveis e carteiras, pintura geral, instalação de nova rede elétrica e reforma completa das instalações sanitárias, já que as privadas não tinham água para o seu funcionamento higiênico, obras essas já executadas.

O Colégio Estadual do Espírito Santo, apesar de recentemente inaugurado, sem que suas obras estivessem realmente acabadas, teve, no ano de 1958, a matrícula aproximada de 1.800 alunos, quando sua capacidade é, no máximo, de 1.400 alunos, mereceu a nossa atenção, tendo o Sr. Secretário de Educação e Cultura visitado o estabelecimento em companhia do Diretor da Divisão de Obras Públicas e do Diretor da Divisão do Ensino Secundário e Profissional, a fim de acertar medidas para a realização de obras urgentes em benefício de seu funcionamento.

A reforma de outros prédios escolares, como por exemplo o do Grupo Escolar "Colatina Mascarenhas", da Praia do Suá, "Bernardino Monteiro", de Cachoeiro de Itapemirim, "Decleciano de Oliveira", de Guaçuí, e outros mais, está sendo estudada convenientemente para se tornar uma realidade.

É imperioso por parte da Secretaria de Educação e Cultura dotar os estabelecimentos de ensino do material didático escolar imprescindível, pois é flagrante a deficiência nesse setor.

4) — Ensino Primário e Pré-Primário.

Certas medidas de restrição adotadas pela Secretaria, com referência a pessoal, estão provocando mal estar por parte dos atingidos pelas mesmas. Todavia, no desejo de equilibrar a despesa com a disponibilidade orçamentária, não há outro caminho a seguir.

Funcionários colocados à disposição de outras instituições, professores nomeados para fazer cursos fora do Estado, excesso de diaristas admitidos, tudo contribuiu para que a Secretaria adotasse o regime atual de austeridade a fim de atender a todas as suas necessidades com as verbas constantes do orçamento do corrente ano. No ano findo, só com referência ao ensino primário, houve mais de 450 professores colocados à disposição.

A situação de "à disposição" trouxe, como consequência lógica, o acúmulo de professores em estabelecimentos de zonas privilegiadas, incluindo a Capital e cidades prósperas, com flagrantes prejuízos para a zona rural. Para suprir a deficiência de professores titulados, agravada com a falta dos mesmos no exercício de suas atividades, pelo regime de exceção apontado acima, lançou-se mão na administração passada dos docentes de emergência, aproveitados sem nenhum critério de seleção.

O problema agravou-se de tal maneira que, dispondo de uma verba de Cr\$ 5.250.000,00 (cinco milhões, duzentos e cinquenta mil cruzeiros) a despesa atingiu a Cr\$. 8.550.000,00 (oito milhões quinhentos e cinquenta mil cruzeiros).

E os resultados, que não necessitam de maiores comentários, são os constantes da relação abaixo nas escolas singulares:

Aprovações	26.563 alunos
Reprovações	29.973 alunos

Onerando cada vez mais o erário estadual, sem resultados convincentes, funcionaram 471 escolas com o número de alunos inferior ao exigido o que demonstra não ter sido levado em consideração, para a criação das mesmas, o levantamento da população em idade escolar.

Foram criadas, em 1957 e 1958, 516 novas escolas, sem atender às verdadeiras necessidades locais e sem apoio no estudo criterioso dos dados populacionais, resultando daí a localização indevida e inconveniente de escolas próximas umas das outras, com baixa matrícula. Por outro lado, certos municípios, foram muito mais beneficiados do que outros.

Analizando-se o número de classes e escolas singulares providas e vagas num total de 4.089, verifica-se imediata-

mente ser necessária uma redistribuição e realocização das mesmas pelos diferentes municípios.

São necessárias medidas urgentes no sentido de prover o maior número possível de classes e escolas vagas, com professores titulados, principalmente na zona rural, onde há municípios como Ecoporanga, Conceição da Barra, Barra de São Francisco, Iúna, Mantenópolis, São Mateus, Nova Venécia e outros com mais de 60% de escolas vagas. Decorrente desse fato, surgem as altíssimas taxas de analfabetismo que atingem em Conceição da Barra a 84%, Linhares e São Mateus 73%, em contraste com a Capital do Estado onde a taxa é de apenas 28% aproximadamente, segundo os dados do último recenseamento.

Agravando a situação muitos foram os casos de professores que, para não prejudicarem a contagem do tempo de serviço, já não pediam mais licença quando precisavam afastar-se das funções. Eram colocados à disposição do Gabinete do Secretário e da Divisão do Ensino Primário, tendo no fim do mês os seus exercícios atestados, recebendo integralmente seus vencimentos, sem nenhum trabalho executado.

A concessão, por simples ofícios para o funcionamento de educandários privados de ensino secundário e comercial, em prédios escolares estaduais, constituiu um privilégio, além de ocasionar sérios transtornos de ordem técnico-administrativa, foi regulamentada agora conforme Ato n. 3, que estabeleceu condições mínimas a serem observadas em tais casos, não visou ao desamparo das entidades privadas. Cuidou tão somente de disciplinar as concessões, com a fixação de responsabilidades definidas, para que não prejudiquem o funcionamento dos educandários oficiais.

Foi construído, em Guaçuí, um Jardim de Infância, de elevada categoria e de proporções acima das reais necessidades locais e inaugurado sem estar devidamente cercado o terreno, para a proteção das crianças. Também sem o aparelhamento mínimo e imprescindível ao cumprimento de suas atividades, não tendo, além disso, pessoal administrativo, assim como recursos para as despesas decorrentes de alimentação e manutenção de suas atividades de ordem geral, não houve outra alternativa se não retardar o seu funcionamento, até encontrar-se a solução justa e indicada, que é o funcionamento em bases sólidas desse estabelecimento.

5) — Ensino Secundário.

Durante as medidas tomadas inicialmente por esta Secretaria, ressaltamos a volta ao estabelecimento primitivo de professores removidos para outros estabelecimentos com o respectivos cargos, considerando que a transferência de cargos do ensino secundário e remoção do seus ocupantes vinha ferir os altos interesses do ensino daquele grau, já que a prática desses

atos, principalmente em estabelecimentos do interior, desfalcava a lotação prevista em lei, indispensável ao seu bom funcionamento, ocasionando por outro lado, o acúmulo de professores em estabelecimentos da Capital e outros municípios. Essas transferências visavam ao interesse pessoal dos beneficiados em prejuízo dos reais interesses do ensino.

Foram, também, exonerados professores anteriormente nomeados sem respectiva dotação orçamentária.

A Secretaria não pôde conceder bolsas de estudos em virtude de não dispôr de elementos objetivos, através dos quais fosse possível investigar a situação social de cada bolsista, analisando, então, suas reais necessidades.

A concessão de gratuidade de ensino e bolsas de estudos era feita sem o atendimento dos preceitos legais, sem a seleção rigorosa dos alunos realmente necessitados. Em virtude de ter sido feita uma distribuição a esmo, a rubrica própria para tais despesas necessitou da suplementação de Cr\$. 1.300.000,00 (hum milhão e trezentos mil cruzeiros) que, somada às dotações orçamentárias, atingiam à elevada importância de Cr\$ 1.800.000,00 (hum milhão e oitocentos mil cruzeiros). A despesa oriunda de tais encargos está, em sua maior parte, inscrita em restos a pagar. Deve ser ressaltado, nesta oportunidade, que foram tomadas medidas no sentido de amparar os pretendentes, incluindo-os na relação de bolsistas do Fundo Nacional do Ensino Médio, que inclui o ensino secundário e comercial.

Em reunião realizada na Escola Normal "Pedro II", antes do início do ano letivo, da qual participaram os Diretores de Estabelecimentos de Ensino Secundário, foram tomadas medidas referentes à matrícula nos estabelecimentos oficiais de ensino, em virtude do excesso de alunos e desrespeito à capacidade dos mesmos. Entre os estabelecimentos que tiveram, no ano próximo findo, a matrícula superior à sua capacidade, mencionamos o Colégio Estadual do Espírito Santo, a Escola Normal "Pedro II", ambos desta Capital, o Colégio Estadual e Escola Normal "Conde de Linhares", de Colatina, e o Colégio Estadual e Escola Normal "Muniz Freire", de Cachoeiro de Itapemirim.

No sentido de limitar a matrícula ao que é permitido pela capacidade de cada estabelecimento, foi assentado que não seriam aceitos, no corrente ano, alunos — birepetentes, indisciplinados e alunos que não concluíram o ano, afastando-se da Escola, sem motivos justificáveis.

A situação era tão grave em alguns estabelecimentos que, em decorrência do excesso de alunos, as direções tiveram

que constituir classes nos corredores; Colégio Estadual do Espírito Santo — 4 classes; Colégio Estadual e Escola Normal "Muniz Freire" — 2 classes.

Relativamente ao funcionamento em horário noturno dos Cursos de Formação de Professores — oficiais e particulares — a Secretaria de Educação e Cultura decidiu não permitir a sua continuidade, em virtude da inexistência de curso primário noturno para o indispensável campo de prática. Fez-se cumprir a recomendação de seu Conselho Técnico, não permitindo mais a matrícula no 2º ano do Curso de Formação de Professores de alunos reprovados no 1º ano em uma ou duas matérias.

Houve um abuso acentuado na distribuição de aulas suplementares, o que motivou, em 1958, uma despesa a mais de Cr\$ 3.015.540,00, gastos êsses que, em sua grande parte, constitue ainda encargo a ser pago pelo atual Governo.

A última aula noturna em certos estabelecimentos nunca foi dada, porém os professores sempre a receberam. O mesmo se observou com as aulas noturnas de Educação Física, relativamente aos Cursos de Formação de Professores.

6) — Ensino Superior.

O Estado do Espírito Santo mantém em funcionamento 6 (seis) escolas de nível superior, 3 das quais já se encontram reconhecidas pelo Governo Federal: Escola Politécnica, Faculdade de Odontologia e Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. A Faculdade de Ciências Econômicas e a Escola de Belas Artes, estão sob o regime de autorização de funcionamento. A Escola de Música está em fase experimental, não havendo ato federal sobre o seu funcionamento.

Além destas, com existência irregular e sem a devida autorização pelo Governo Federal para o seu funcionamento, encontrava-se a Escola de Medicina do Espírito Santo, com Diretor e Professores nomeados sem autorização do Colendo Conselho Nacional de Educação. Usando as próprias expressões do Inspetor Federal do Ensino Superior neste Estado, afirmamos que: "Vale dizer que qualquer nomeação para o Corpo Docente de uma Escola Superior, sem apreciação e aprovação do respectivo curriculum — vite do professor, pelo C.N.E., é considerada inexistente". Conclui ainda aquela autoridade, "assim, porque inobservada a legislação que disciplina o Ensino Superior, é de concluir-se que a referida Faculdade não tem existência legal".

Diante dessa situação, o Governo Estadual exonerou Diretor e Professores da referida Escola e vem promovendo a sua organização em bases sólidas, dentro das determinações legais que regem o assunto, já com providências efetivas junto à

Diretoria do Ensino Superior do Ministério de Educação e Cultura, Fundação Rockfeller e CAPES. Tais órgãos estão solidários com as medidas tomadas por este Governo, ressaltando ainda a comunicação recebida do Gabinete do sr. Ministro de Educação e Cultura que diz textualmente por telegrama: "Comunico Vossência decorrência decreto lei 421 de 1938 professores ensino superior caso em aprêço Faculdade Medicina não poderiam ser nomeados sem homologação respectivo curriculum Conselho Nacional Educação e sem decreto Presidente República autorizando funcionamento da Faculdade pt Saudações José Peixoto Alencar — Oficial Gabinete Ministro".

O Governo no momento cuida, com especial interesse, de fazer funcionar o Curso de Didática da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, proporcionando, aos alunos dessa Escola a oportunidade de receberem o grau licenciado, em nosso Estado, condição fundamental para completar sua formação técnica para o exercício no magistério secundário.

O atual Governo, dentro de suas possibilidades econômico-financeiras procurará, de toda maneira, corrigir falhas e irregularidades e remover dificuldades para melhorar as condições inerentes ao Ensino Superior, dotando-o dos meios necessários ao seu regular funcionamento.

SECRETARIA DO GOVERNO

A Secretaria do Governo, além do Serviço de Administração, dos Gabinetes Civil e Militar e do Serviço Estadual de Rádio, superintende o Departamento Estadual de Saúde, o Departamento Estadual de Estatística, o Serviço Jurídico do Estado e a Rádio Espírito Santo, cujas atividades são, a seguir, mencionadas separadamente.

Possue o Serviço Estadual de Rádio, cuja estação principal se acha instalada no Palácio Anchieta, diversas estações no interior do Estado, nos municípios de Barra de São Francisco, Mantenedora e Mucuricé e uma na Procuradoria Fiscal do Estado, na Capital da República.

Todas as estações situadas no Estado estão funcionando regularmente, facilitando, assim, com economia para os cofres estaduais, as comunicações entre aqueles distantes municípios e o Governo do Estado.

A que se acha instalada na Procuradoria Fiscal no Rio de Janeiro, por intermédio da qual os Poderes constituídos deste Estado se mantinham em constante contacto com as autoridades federais, por ato do Senhor Diretor Geral do Departamento dos Correios e Telégrafos, se encontra com suas atividades paralizadas, desde o mês de julho, sacrificando os serviços de rádio-comunicação.

Estamos envidando esforços junto às autoridades federais, a fim de conseguir regularizar a situação.

Desejando o Estado ampliar êsse Serviço, requereu, em 1957, ao Senhor Ministro de Viação e Obras Públicas e ao Senhor Diretor Geral dos Correios e Telégrafos, a necessária licença para instalar, em diversos municípios do Espírito Santo, outras Estações Rádio-Telegráficas.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE SAÚDE

No setôr da Saúde Pública não são poucos os obstáculos e percalços. O péssimo estado em que foram encontrados os próprios do Departamento e a desorganização funcional de todas as Unidades, umas com excesso de pessoal, outras com carência, imporá ao Govêrno uma tarefa gigantesca de reconstrução. Por outro lado, as verbas destinadas à manutenção dos hospitais para 1959 sofreram expressivos côrtes que abalarão, certa e sensivelmente, o funcionamento normal, bem como o padrão técnico dos mesmos. Para dar um exemplo da situação aflitiva em que os encontramos basta citar o exemplo do Hospital Abrigo Ilha da Pólvora, readaptação executada para acolher 60 tuberculosos e para o qual, foi destinada a verba de Cr\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil cruzeiros) por mês. Essa quantia se destina a pagamento dos funcionários, alimentação de doentes, aquisição de medicamentos, conservação do prédio, etc..

Impõe-se pois, uma revisão justa e humana dêste problema, o que será feito oportunamente, quando então o Govêrno dará ciência a essa Augusta Assembléia.

Outro fato de suma importância — que o Executivo deseja focalizar se relaciona com as três unidades volantes trazidas para o Estado, que custaram Cr\$ 8.434.981,90, tendo-se obtido verba no orçamento de 1958 na importância de Cr\$ 7.500.000,00 ficando uma parcela a regularizar, já paga, no montante de Cr\$ 934.981,90.

SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Os progressos realizados últimamente na medicina quer no campo do diagnóstico, quer no da terapêutica, de um modo geral, induzem êste Departamento a olhar com mais entusiasmos e interêsse para o problema social, cujos escaninhos e complexidade ninguém desconhece. Os desafios sociais, a má alimentação, a falta de higiene na habitações, como elementos principais, são hoje causa primordial no advento das doenças.

Eis porque, compreendendo a gravidade e as consequências desastrosas dêste magno problema, será uma das diretrizes do Departamento a criação do Serviço de Assistência Social para todos os quadrantes do Estado, nos moldes já existentes no município de Vitória.

O Govêrno já tomou as primeiras providências no sentido de estruturar uma organização em moldes modernos, que

evidentemente prestará o mais relevante serviço à comunidade capixaba.

SERVIÇO DE EDUCAÇÃO SANITÁRIA

Tivemos nos anos de 1955 e 1956 uma experiência salutar em relação à educação do povo com a campanha eminentemente popular empreendida pelo Serviço Estadual de Câncer, sob a esclarecida chefia do Dr. Affonso Bianco. Os resultados obtidos foram tão animadores que se propõe o Departamento levar a efeito campanhas semelhantes em todos os serviços especializados. Também não está fora dos nossos propósitos iniciar no Estado o sistema de educação pelo rádio, já tendo o Governo entrado em contáto com o Ministério da Educação.

Outrossim, pretende-se obter do Serviço Nacional de Educação Sanitária filmes educativos que serão exibidos no auditório do Centro de Saúde.

Com a finalidade de criar um ambiente propício para o ensino superior, prestigiará o Departamento todas as iniciativas científicas, estando praticamente assentados para o nosso Estado os Congressos Nacionais de Radiologia (1959) e oftalmologia (1960), um Simpósio sobre um tema de Pediatria e outro possivelmente de Urologia.

SERVIÇOS DISTRITAIS

Estão os Serviços Distritais completamente desaparelhados para cumprir as finalidades de orientar, controlar e coordenar as Unidades dos Distritos Sanitários do Estado.

Sem recursos de pessoal e material, sua existência é puramente simbólica, desde que o Diretor do D.E.S. acumulava de fato as funções de controlar tal Serviço, disciplinar suas atividades, movimentar o pessoal e traçar planos de trabalho.

Torna-se pois, evidente a necessidade de sua reestruturação interna, para que possa fazer sentir sua presença nos Distritos e Unidades Sanitárias, coordenando as atividades destas, num esforço de reerguer a administração sanitária do Estado.

Assim sendo, consideramos indispensável aos Serviços Distritais efetuar algumas modificações que se resumem em:

PESSOAL

Uma enfermeira de Saúde para supervisionar e acompanhar os trabalhos das enfermeiras e visitadoras sanitárias, estudar, criticar, orientar e dirigir suas atividades.

Um Inspetor Sanitário com finalidades análogas às da Enfermeira, no tocante a guardas e auxiliares de saneamento.

Uma Assistente Social, para estudar e planejar a extensão das atividades do Serviço Social às Unidades Sanitárias do Interior, tornando-as assim mais eficientes e integrando-as num grande e importante setor da saúde individual e coletiva.

Os Serviços Distritais contariam pois com um mínimo de cinco seções, assim distribuídas:

Chefia
Administração
Enfermagem e Saúde Pública
Serviço Social
Saneamento

MATERIAL:

O material permanente considerado indispensável ao andamento do Serviço está sendo objeto de estudos e entre êle se inclui um veículo para transporte do material (medicamentos, impressos, etc.) e da equipe que semanalmente fará viagens às Unidades Sanitárias. Esta equipe constará, no mínimo, de 1 motorista, 1 médico, 1 enfermeira e 1 inspetor sanitário.

OUTRAS MEDIDAS INDISPENSÁVEIS A MELHORIA DOS SERVIÇOS NOS DISTRITOS E UNIDADES SANITÁRIAS

1 — Conservação e reparos dos prédios onde funcionam as Unidades Sanitárias. A maioria dos prédios se encontra em péssimas condições de conservação, necessitando de urgentes reparos entre elas o Centro de Saúde da Capital, o PH- de Aracruz, o PH-1 de Mimoso do Sul e muitos outros.

2 — Padronização das atividades mínimas das Unidades Sanitárias.

3 — Intensificação do combate às verminoses na extensão da rede de Unidades Sanitárias do Estado, de modo a diagnosticar e tratar as verminoses tão comuns em nosso meio rural, além das atividades normais desenvolvidas pelo Departamento Nacional de Endemias Rurais.

4 — Instalação e funcionamento de lactários secos nos Centros de Saúde, PH-1, PH-2 e sub-postos (em estudos pelo Sr. Diretor com a L.B.A.)

5 — Dinamização das Unidades Sanitárias, de forma a proporcionar melhor assistência médico-sanitária às populações rurais.

6 — Funcionamento imediato de Cursos para revisão do pessoal técnico-científico (médicos e dentistas) e técnicos profissionais (guardas e visitadoras sanitárias, atendentes, laboratoristas e microscopista)

7 — Plano de vacinação intensiva contra as doenças transmissíveis (variola, tifoide, difteria e poliomielite). Referido plano impõe-se principalmente quando sabemos ser este o meio mais prático e eficiente no combate às principais doenças transmissíveis, que de um modo geral, assolam as nossas populações, entre estas, que encontra na imunização o principal meio de combate, temos a variola, inclusive alastrim, que nos últimos anos foi bem pequena, principalmente pela dificuldade na aquisição das linfas imunizantes. Outra doença que encontra na imunização a sua profilaxia, é a difteria; nessas circunstâncias, é nosso pensamento intensificar o seu uso, principalmente entre os infantes e pré-escolares do Estado. A imunização contra a poliomielite será inicialmente intensificada, principalmente na proteção das crianças compreendidas entre 6 meses a 6 anos de idade. Posteriormente, na dependência do seu barateamento e maiores facilidades aquisitivas, poderá ser estendida aos escolares e adolescentes. A intensificação da vacina contra as febres do grupo tifoídico impõe-se, sobretudo, quando sabemos que a maioria de nossas cidades não possuem serviços de esgoto e que a sua transmissão faz-se primordialmente pela via hídrica.

SERVIÇO DE TUBERCULOSE

As iniciativas pioneiras realizadas por este serviço no correr dos anos de 1956 e 1957, resultaram, no exercício p. passado, não só na consolidação natural, como tivemos também extraordinária repercussão nacional. O novo sistema de fichário central de casos e comunicantes, o programa de quimioprofilaxia e a recuperação do Preventório, constituíram motivos de comunicações ao X Congresso Nacional de Tuberculose reunido em São Paulo em julho p. passado. Consta do relatório do Dr. Diretor do Departamento — “A estes trabalhos escritos em colaboração com o Dr. Nélío Espíndula, acrescentámos um outro — sobre a “Erradicação da tuberculose em localidades de baixo índice de infecção”, em cooperação com o Dr. Xavier Calfa.

Este último estudo, de características inteiramente originais no país e apoiado em nova operação-piloto realizada, desta vez, no município de Aracruz, atraiu desusada atenção dos tisiólogos do país, motivando até uma sessão extraordinária do Congresso.

Convencidos da propagação cada vez maior da tuberculose das zonas urbanas para as rurais, procuramos conseguir dentro de um novo estilo de campanha, através da prova tuberculínica dos escolares, identificando os casos ocultos de tubercu-

lose. A prática dêste sistema, sobretudo quando associado à medicação domiciliar do caso, à medicação preventiva dos comunitantes e à vacinação pelo B.C.G., tal como a executamos em Aracruz, mostrou-se extraordinariamente eficiente, permitindo rapidamente a descoberta de 50 novos focos de tuberculose só naquele município.

A exposição dêste programa prático, eficiente e econômico, e de seus primeiros resultados, atraiu natural interesse do S.N.T., e do próprio Ministério da Saúde. Em consequência disto, fomos chamados ao Rio a fim de expôr à Sociedade Brasileira de Tuberculose, em sessão especial, realizada no dia 29 de novembro p. passado, as suas características particulares, o seu desenvolvimento atual e os seus primeiros resultados.

Depois de desusado debate, a Sociedade recomendou ao Ministério que prestigiasse e amparasse financeiramente a nossa experiência-piloto, aconselhando ainda, que outras experiências semelhantes se multiplicassem no país.

Também a destacados elementos do SESP e ao Conselho Técnico da Campanha Nacional contra a Tuberculose, expusemos o método, apresentando mesmo um ante-projeto de extensão nacional que foi aprovado e aceito pelo S.N.T.”.

Em decorrência de todas essas demarches preliminares que reuniram para ainda mais consolidar o conhecimento do novo esquema, foi aberto um crédito de Cr\$ 5.400.000,00 (cinco milhões e quatrocentos mil cruzeiros) para a expansão do sistema a todo o Estado do Espírito Santo.

Neste sentido, será assinado, nos primeiros meses dêste ano, um aditivo ao convênio que nos liga ao S.N.T.

Já idêntico programa será instalado em Alegrete, Rio Grande do Sul e para isto tivemos o prazer de receber a visita do Dr. Túlio Raponi, que detalhadamente acompanhou conosco o desenvolvimento do programa no Estado.

Discutiu-se várias vezes o assunto com os Srs. Nelson Moraes, Woodrow Pantoja, Bolivar de Abreu e Waldemar Marcos e assim idêntico sistema será operado em Governador Valadares e outras cidades à margem do Vale do Rio Doce.

É digno de particular realce a inauguração solene da Clínica de Tórax “Lourival Ribeiro”, no dia 14 de abril do ano p. passado, com a presença do Sr. Ministro da Saúde — Dr. Mauricio Medeiros, do Sr. Diretor do S.N.T. e de luzida comitiva. Na mesma oportunidade foi também inaugurada a “Capela de Santa Terezinha” para os internados no Sanatório “Getúlio Vargas”, obra de alta significação emocional que se deve sobretudo à devotada dedicação e aos esforços determinados de D. Vera Larica Wanderley.

A adaptação do antigo Hospital da “Ilha da Pólvora” para receber casos inoperáveis de tuberculose, resultou em solução apropriada para os imensos casos de tuberculose avançada, que procedendo do interior do Estado, não encontraram abrigo adequado para os seus graves problemas. Dentro da rela-

tividade de seus objetivos, o pequeno Hospital está bem instalado e, embora dotado com verbas precaríssimas, vem preenchendo com suas finalidades, graças sobretudo à dedicação de seu atual administrador, Sr. Manoel Janeiro.

Foi inaugurado em 31 de janeiro do ano p. passado e tem capacidade para admitir 60 tuberculosos.

Afim de atender a necessidade às vezes imperiosa de internamento de crianças tuberculosas, mantivemos entendimentos com o Hospital Infantil "Antonio Aguirre" e assim firmamos convênio com o sr. Norbertino Bahiense, diretor daquela instituição.

Ficou desta maneira assegurada a separação de cinco leitos cativos naquele hospital mediante a contribuição, por parte dêste serviço, de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) mensais.

Não deve permanecer sem uma referência especial tal a sua repercussão em todos os setores de nossa vida profissional o bem lançado 1.º Congresso Espíritosantense de Medicina, realizado sob os auspícios da Associação Médica do Estado. Comparecendo aos debates do 1.º tema, toda a equipe de nossos tisiologistas debateu o "diagnóstico e tratamento da tuberculose" concorrendo com seis (6) trabalhos, afora um resumo do problema feito ao final do simpósio, pelo seu coordenador.

SERVIÇO DE MERENDA ESCOLAR

Como é notório e insofismável a luta para solucionar o problema da subnutrição no Brasil e demais países sub-desenvolvidos tem sido incansável ao ponto de considerarmos o Problema n.º 1 de Saúde Pública e principal fator não só dos elevados índices de morbidade e mortalidade infantil, bem como, dos baixos índices de produtividade de grande parte dos trabalhadores nacionais.

Daí a necessidade da criação de um Programa de Assistência Alimentar cuja finalidade primordial foi a de racionalizar os programas de merenda já existentes e de extendê-los a todo o país, dando-lhes orientação técnica e assistência econômica.

As exigências nutritivas da infância tornaram-se problema tão sério que foi necessário adotar medidas mais severas através dos Poderes Públicos para que a situação não chegasse às raias da calamidade.

Assim foram criados os Programas Alimentares assistidos e orientados pela Comissão Nacional de Alimentação e a Campanha Nacional de Merenda Escolar.

Através dêsses Programas devem receber as crianças uma suplementação alimentar capaz de corrigir ou pelo menos minorar as deficiências da alimentação, melhorando o seu padrão nutritivo.

Considerando que em nosso País o Departamento Nacio-

nal da Criança desenvolve ativa campanha de amparo e assistência à maternidade e à infância, na qual se incluem cuidados alimentares, a Campanha Nacional de Merenda Escolar voltou-se exclusivamente para o problema da alimentação escolar, onde a criança em fase de crescimento e desenvolvimento, necessita de cuidados especiais para a sua formação estrutural e para o seu perfeito desenvolvimento intelectual.

ESCOLARES E PRÉ-ESCOLARES BENEFICIADOS:

Uma das diretrizes da Administração para este ano será beneficiar, com a merenda escolar, 70% da população escolar e pré-escolar deste Estado, devendo considerar a cota diária de 30 grs. de leite em pó e 15 grs. de farinhas nutritivas enriquecidas, por crianças e por refeição.

SERVIÇO DE MATERNIDADE E INFÂNCIA

A maior soma de recursos do Departamento Estadual de Saúde será destinada à proteção da maternidade e da infância, já que a população de 0 a 14 anos somada ao número de gestantes atinge um total superior a 50% da população do Estado.

Reconhecendo oficialmente, (diante dos incontestáveis dados bio-estatísticos e dos amplos inquéritos aqui mesmo realizados), a supremacia das causas econômico-culturais sobre as enfermidades propriamente ditas, no que diz respeito ao determinismo do obituário materno-infantil, o Departamento Estadual de Saúde proclama o princípio que a saúde é um bem que se pode comprar quando o poder aquisitivo é suficiente para isso.

Reconhecendo com base nos mesmos dados e inquéritos, a força negativa que o analfabetismo, as crendices, os tabus higiênicos e alimentares e os baixos padrões culturais antepõem aos esforços diretos e específicos pela melhoria dos índices sanitários, o Departamento Estadual de Saúde dará maior ênfase às medidas indiretas de proteção ao binômio "mãe-filho" que às diretas. Lutará pela melhoria do poder aquisitivo do povo, bem como pela melhoria dos seus padrões culturais.

Dentro desses princípios e do reconhecimento de que bem pouco poderá fazer para modificar diretamente a estrutura econômica do Estado, o Departamento Estadual de Saúde, não só nas linhas do seu próprio organograma, como através ampla articulação com a Secretaria de Educação e Cultura, fará o maior dos seus esforços visando a elevação dos padrões de cultura da grande massa da população, o que sem dúvida, modificará favoravelmente os fatores econômicos.

Além dos métodos ortodoxos de educação e de cursos de formação de pessoal especializado já existentes, terão papel saliente nessa tarefa educacional as seguintes atividades:

- a) Rádio e cinema educativos em grande escala;
- b) inclusão de noções elementares de educação sanitária e puericultura no currículo primário;
- c) cursos rápidos e intensivos dessas matérias destinadas ao professor primário;
- d) cursos intensivos de puericultura e pediatria para os médicos que atuam nesses setores nas unidades sanitárias;
- e) cursos de formação de parteiras, atendentes, guardas sanitários, laboratoristas, visitadoras sanitárias e sociais;
- f) cursos de formação doméstica;
- g) cursos de formação de médicos sanitaristas.

Entre outras medidas de caráter indireto na proteção materno-infantil, as abaixo relacionadas exigirão íntima articulação do Departamento Estadual de Saúde junto aos demais órgãos do Governo, em virtude da estreita relação que guardam com os problemas de saúde de mãe e filho:

- a) serviços de abastecimento e tratamento de água de consumo;
- b) serviços de esgotos e de eliminação de "excreta";
- c) produção e distribuição de leite em quantidade e qualidade compatíveis com as necessidades da nutriz da criança.

Tódas essas atividades de educação, de higiene de alimentação e de produção, não farão olvidar as medidas de assistência médica direta que a conjuntura econômico-social e os deveres de humanidade nos impõem.

Mesmo assim, nessa assistência direta, dar-se-á primazia não ao tratamento mas à prevenção das doenças e síndromes evitáveis.

Coadjuvado por um bom serviço de visitadoras sanitárias e sociais, o Serviço de Higiene Pré-natal evitará a maioria das enfermidades que mais contribuem para os altos coeficientes de mortalidade materna, morti-natalidade e neo-mortalidade, desde que os baixíssimos padrões econômicos culturais não invalidem esses esforços.

Serviços Obstétricos domiciliares, suprirão provisoriamente a ausência de recursos financeiros para a construção de maternidades em municípios-chaves, proporcionando à gestante e ao nascituro u'a melhor garantia de vida e saúde.

O trabalho articulado do pediatra com o obstetra nas maternidades existentes fará atenuar as consequências letais dos tocotraumatismos, atelectasia, anoxia, imaturidade fetal.

brancopneumonia de aspiração, tétano umbilical e lues congênica, causas principais dos óbitos no primeiro mês de vida.

A vacinação contra a tuberculose, a coqueluche, a difteria, a varíola e o tétano, e desde que haja recursos disponíveis, também a da poliomielite, será medida de rotina no primeiro ano de vida.

Tentando diminuir as desvantagens da criança pré-escolar, entre as quais se contam as carências, o Serviço de Higiene Infantil bem como o seu Lactário, atenderão crianças também de 1 a 2 anos; serão instalados Parques Infantis na medida dos recursos disponíveis e será realizada campanha periódica de prevenção dos acidentes, sempre mais comuns nesse grupo etário.

Os hospitais infantis de cujos internamentos 70% são causados pelas distrofias pluricarentiais e pela diarreia aguda, terão demanda bem menor se conseguirmos levar a bom termo as medidas de proteção indireta a que nos propomos e se funcionarem a contendo os lactários e os Serviços de Reidratação, não só nos Prontos Socorros como nas próprias unidades sanitárias.

Construiremos quartos particulares em nosso Hospital Infantil, a fim de, entre outras vantagens gerais, enfrentarmos as despesas sempre crescentes de manutenção.

Os escolares constituirão o principal material humano cujos padrões iremos lentamente substituir, contando para isso com a eficiente colaboração do professor primário, do rádio e do cinema educativos; receberão eles a assistência médica e alimentar que seu agrupamento em locais e horas certos permite.

RÁDIO ESPÍRITO SANTO

Quando ocupei pela primeira vez o Governo do Estado, entre as realizações objetivadas, procurei fazer avançar a estação na sua órbita de utilidade social, facultando-lhe todos os meios para desdobrar seus trabalhos.

Dentro dessa orientação, e com o fim determinado de coordenar os meios para solucionar o problema de modo acertado foi, realmente, preciso atender toda uma série de exigências necessárias ao funcionamento regular de uma estação emissora de radio-difusão.

A primeira providência foi a da incorporação ao patrimônio do Estado do acervo da extinta Sociedade Anônima Rádio Club do Espírito Santo, constituído de um equipamento de reduzido alcance e de antiga fabricação, levada a efeito pelo decreto n. 187, de 15 de julho de 1949.

Só a seguir foi possível cuidar da situação da emissora junto ao Governo Federal, tendo-se obtido pelo decreto n. 26.993, de 2 de agosto de 1949, expedido pelo Sr. Presidente da República a outorga ou a transferência da concessão pa-

ra o Estado, medida essa seguida de contrato complementar publicado no Diário Oficial da União.

Decorrido pouco tempo, a 17 de dezembro, pela portaria n. 1102, era autorizada a elevação da potência do transmissor ao máximo permitido pelas possibilidades técnicas, de modo a cobrir o território do Estado em toda a sua extensão, nas transmissões diurnas; obtinha-se um canal de frequência apropriado à frequência autorizada e, de outro lado, a Lei do Estado n. 298, de 20 de dezembro, autorizava a aquisição de um transmissor cujas plantas e especificações eram aprovadas pela portaria n. 442, de 3 de maio, bem como as plantas do local em que haveria de ser instalada.

Completadas essas medidas, foi possível contratar, mediante concorrência administrativa, a montagem do novo transmissor, cuja potência não se circunscrevia apenas ao território do Estado, mas ultrapassava sua fronteira, em ótimas condições de recepção.

A Rádio dispunha no fim daquele período administrativo, de um equipamento técnico próprio a arcar com a responsabilidade do serviço de rádio-difusão.

Por outro lado, o antigo transmissor foi completamente reformado e adaptado ao sistema de acoplamento de antena do novo transmissor, e centenas de outras providências foram tomadas como a construção de nova linha de alta tensão para regular o fornecimento de energia e de nova torre irradiante com 55 metros de altura, de eficiência elétrica garantida.

Agora, revela o relatório apresentado pelo Sr. Superintendente da Rádio Espírito Santo:

A frequência modulada, que pode oferecer bons serviços à programação dos mais diversos setores e utilidades, necessita de reparos e, por falta de recursos, permanece inativa;

O cabo telefônico, condutor de som do estúdio aos transmissores constitui sério problema;

Dispondo a Rádio de 2 transmissores, de 1 e 10 kilowatts, apenas o primeiro, de menor potência e capacidade de cobertura, está funcionando, já que o segundo, por falta de 4 válvulas, do custo total de Cr\$ 300 000,00 permanece fóra do ar;

São em número de 5 os gravadores, mas um apenas funciona, porque os demais estão carecendo de recuperação.

As condições precárias da viatura da emissora têm muitas vezes tornado difíceis irradiações urgentes e necessárias quando não impossibilitam a realização de reportagens de amplitude e interesse coletivo.

A própria discoteca não apresenta satisfatórias condições.

Embora, confiante, então, em que com o aumento de potência do transmissor, a Rádio experimentaria sensível acesso de vitalidade, apoiado nas relações de negócios existen-

tes entre o público e uma emissora comercial, verifica-se agora um ambiente interno de ressentimento pelo atraso do pagamento salarial perfazendo Cr\$ 470.032,20, sem que a emissora possa fazer face à solvência desses compromissos.

Com uma folha de gratificações fora de qualquer critério legal e sem apóio no orçamento, títulos que estão sendo levados a protesto, a receita encontrada de Cr\$ 137 000,00 representando tão somente uma terça parte do quantitativo da despesa, está sendo preciso restabelecer a ordem interna, disciplinar a vida da emissora, simplificar o seu mecanismo, adotar outras medidas que terminem, afinal no balanceamento entre a receita e a despesa.

Centenas de providências terão de ser tomadas, como aquelas que deverão regular a situação do pessoal, a constituição e funcionamento de seus departamentos, para que se possa cuidar, futuramente, da fusão de seus serviços num só departamento, como os da Imprensa Oficial.

SERVIÇO JURÍDICO

Foi criado o Serviço Jurídico do Estado e o seu corpo jurídico, constituído, primitivamente, de quatro assistentes e um consultor, conforme Decreto-Lei n. 15 090, de 28 de outubro de 1943, tendo como finalidade a defesa dos interesses do Estado na esfera administrativa e também em juízo.

Têm sofrido êsse órgão várias transformações, inclusive a ampliação do seu quadro, que foi elevado de 5 para 10 advogados, sob a direção de um advogado geral.

Com a publicação da Lei n. 801, de 6 de fevereiro de 1954, sofreu outra transformação, com o número de advogados novamente elevado para 15, dos quais 3 são lotados em outras repartições.

Além do estudo de processos e da defesa do Estado em juízo, ao Serviço Jurídico, por seus advogados, cumpre ministrar escrituras e contratos, emitir pareceres e prestar assistência direta às diversas repartições do Estado.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA

O Departamento Estadual de Estatística, órgão central do sistema estatístico regional, está entrosado com os demais órgãos especializados, formando um conjunto homogêneo por força de dispositivos expressos na legislação orgânica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Ligado ao Conselho Nacional de Estatística por intermédio da Junta Executiva Regional de Estatística, cujo Presidente é o seu Diretor, todos os demais órgãos lhe emprestam a mais decidida colaboração, a fim de reunir os elementos apurados.

Sua estrutura é ainda a que lhe deu o Decreto-lei n. 16 609, de novembro de 1947.

Em 28 de junho de 1958, foi sancionada a Lei n. 1250, que reorganizou a Junta Executiva Regional do Conselho Nacional de Estatística (JERE).

DO ORÇAMENTO

Fôram as seguintes as despesas realizadas em 1957 no DEE:

a) Pessoal Fixo	4.096.759,10
b) Material Permanente	42.255,50
c) Material de Consumo	272.797,20
d) Despesas Diversas	815.737,00

A dotação orçamentária atribuída a êste DEE, foi de Cr\$ 3.575.830,00 — o aumento de despesa foi justamente devido ao reajustamento de salário do funcionalismo, que só com pessoal dispendeu a mais, Cr\$ 1.880.359,10.

Para 1958, fôram as seguintes as dotações:

a) Pessoal Fixo	4.390.600,00
b) Material Permanente	30.000,00
c) Material de Consumo	162.000,00
d) Despesas Diversas	850.460,00

O aumento em despesas diversas, para 1959, importa em Cr\$ 462.600,00, ou sejam, 54% correspondente ao aluguel das máquinas elétricas de contabilidade e estatística da IBM Companhia Norteamericana que as aluga.

Dada a grave crise econômica e financeira por que atravessa o Estado, resolveu a Direção Geral fazer entrega da metade das referidas máquinas sem trazer nenhum prejuízo para o serviço, estabelecendo novo horário para os funcionários que lidam com as mesmas a fim de tirar maior aproveitamento das horas de serviço.

Além dos Serviços de Administração e de Portaria, o DEE. compreende:

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA MILITAR

Setor que deve estar com seu serviço atualizado para poder atender de pronto as solicitações das Forças Armadas.

Estão centralizados nesse setor — Movimento do Aeroporto, Registro de Veículos, Pesca, Registro Industrial e uma parte do material da Campanha Estatística.

O Registro Industrial, o material é distribuído por intermédio dos Agentes Municipais de Estatística, cujos questionários são elaborados pelo IBGE, são encaminhados a êste Departamento para serem criticados, apurados e divulgados.

A apuração da produção industrial de 1957 está um pouco atrasada em vista da demora no encaminhamento do material para o DEE, mas dentro de poucos dias será divulgado.

Da Campanha Estatística, êsse setor critica e apura, os seguintes formulários: Fôlha Q-26 e do Caderno A-5; o assunto é variado sôbre Ferro Carris, Navegação Conservação, Abastecimento e Reparação de Veículos, Drogarias e Farmácias, Cadastro Profissional de: Médicos, Dentistas, Engenheiros, Construtores e Pessoal de manutenção e reparação de veículos; Rádiocomunicação, Associação, Associações esportivas, Cinemas e Teatros, Imprensa Periódica, Rádiodifusão, Praças de esportes, Emprêsas de Transportes, Vias de Comunicação Meios de Hospedagem, Paradas Ferroviárias, Automóveis e outros Veículos Motorizados, Emprêsas Telefônicas e Indústria Extrativa.

Instaladas no Estado, existem 6 rádiodifusoras, com 34 523 horas de irradiação, 9 estúdios, 4 auditórios com 583 lugares, sendo de 26 766 o efetivo das discotecas, 245 empregados, sendo 205 homens e 40 mulheres.

Mantidas pelo Departamento de Correios e Telégrafos, encontram-se 77 Agências Postais e 51 Postais Telegráficas.

Mantidas por entidades particulares, existem 72 Agências Telegráficas.

O Tráfego Aéreo-Comercial no Estado em 1957, foi o seguinte: aeronaves chegadas: 6 016; partidas: 6 018; passageiros embarcados e desembarcados: 33 045; em trânsito: ... 62 844 carga descarregada: 583 168 kg; carregada: 240 070 kg; correio descarregado: 14 349 kg., carregado: 6.898 kg., em trânsito 181 617 kg.

Sediadas no Estado, encontram-se 119 Emprêsas Rodoviárias motorizadas.

Estão registrados 7 631 veículos nas Coletorias, sendo 1 673 automóveis, 277 ônibus, 183 camionetas e 290 veículos diversos para passageiros. Para carga: 2 930 caminhões; 1 262 camionetas e 533 outros diversos; veículos à força animal para passageiros e cargas, num total de 15 353.

SETOR DE ANÁLISE, DOCUMENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO

É um setor de trabalho de grande movimentação que atende inúmeros pedidos de informações, não só dentro do Estado, como também pedidos chegados de outros Estados e até do Estrangeiro.

Tem um número elevado de assinantes das nossas publicações que muitas vezes êste DEE. é solicitado para re-

nessa extras, dado o interesse que as mesmas despertam nos estudiosos do assunto. Em 1957 foram elaboradas 17 utilíssimas publicações; em 1958, verificou-se um aumento para 20:

Produção Industrial — 1952/56

Alguns Aspectos das Produções Animal, Vegetal e Mineral — 1954/56

Movimento Bancário — 4º trimestre de 1957 — 1º 2º e 3º trimestre de 1958

Intercâmbio Comercial — 1954/56 — 1955/57

Produção e Exportação de Café — 1951/56 — 1952/57.

Produção Agrícola — 1955/57

Ensino Primário no Espírito Santo — 1954/56

Anuário Estatístico — 1958

População Pecuária — 1955/57

Cadastros de Médicos, Farmacêuticos, Dentistas, Engenheiros, Arquitetos e Construtores. 1957

SETOR DE APURAÇÃO MECÂNICA

Em 1959, resolveu a Companhia locatária das máquinas aumentar os alugueis em mais de 53%. Levando em consideração a situação econômica-financeira do Estado, o Departamento resolveu modificar o horário de trabalho do grupo desse setor para maior aproveitamento das máquinas, e entregar à locatária a metade do equipamento, ficando assim reduzido o aluguel que vai trazer economia para mais de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) por ano. Para 1960, a locatária já está pretendendo novo aumento, e nesse caso gera esse círculo vicioso de aumento anualmente.

Um entendimento com a Secretaria da Fazenda, Departamento Estadual de Saúde, Departamento de Estradas de Rodagem e Administração do Porto, repartições que têm o serviço mecanizado, seria fácil um estudo para centralização de todo o trabalho para fazer uma grande economia nos alugueis, entregando a maior parte das máquinas.

Sobre esse assunto já o novo Governo determinou estudos para unificação do serviço mecanizado neste Departamento, a título de economia, entregando parte das máquinas existentes em outros órgãos.

DIVISÃO DE ESTATÍSTICA FÍSIO-DEMOGRÁFICAS E SOCIOGRÁFICAS

Nessa Divisão estão as Secções de Estatística Físio-Demográfica, Social e Político-Administrativo, Secção de Estatística Policial e Criminal e Secção de Estatística Educacional e Cultural.

Dentre os assuntos pesquisados, verifica-se que dos

38 municípios, 33 possuem serviço de abastecimento de água domiciliar e todos mantidos por entidades oficiais: dos 33, somente 13 dão tratamento a água.

ESGÔTOS: — dos 38 municípios, apenas 21 são dotados de rede de esgotos; do número total de prédios esgotados, 3 909 são por meio de fossas e 13 806, pela rede de esgoto que dispõe de 488 poços de inspeção.

ASSISTÊNCIA MÉDICO—SANITÁRIA: — Existe no Estado 137 estabelecimentos que prestam assistência médico-sanitária, dos quais 81 são mantidos por entidades oficiais e 56 por entidades particulares; dos 137 estabelecimentos, 48 possuem serviço de internamento de doentes, sendo o restante 89 destinados a outros fins. Dos 137 estabelecimentos, 94 possuem ambulatórios, 31 possuem farmácias, 49, gabinetes dentários, 17, Lactários. Nos 137 estabelecimentos, existe 42 aparelhos de Raios X — 14 de Abreugrafia, 5 Radioterapia, 4 de Elétro-Cardiografia, 2 de metabolismo basal e 13 para outros fins. Dos 48 estabelecimentos que possuem o serviço de internamentos de doentes, têm um total de 2 588 leitos. O corpo clínico e auxiliar que prestou serviços aos estabelecimentos durante o ano de 1957, foi de 434 médicos; 88 dentistas; 5 farmacêuticos; 30 assistentes sociais; 49 técnicos em laboratórios; 8 técnicos operadores em Raios X, 24 auxiliares para mesma finalidade; 16 práticos de farmácia, 627 enfermeiros, 66 visitantes e 212 guardas sanitários.

ASILOS E RECOLHIMENTOS: — Existem no Estado, 22 Asilos ou Recolhimentos, sendo 2 para órfãos, para velhice desamparada 1; mistos 14 e para outros fins, 5.

ASSOCIAÇÕES DE CARIDADE: — Existem 62 Associações de Caridade, com 8 453 associados; as despesas das mesmas somaram um total de Cr\$ 19.129 536,00, com a manutenção dos estabelecimentos mantidos pelas mesmas.

BIBLIOTECAS: — Existem 40 Bibliotecas no Estado, com mais de 90 000 volumes: trabalham nas mesmas 57 pessoas; foram atendidas durante o ano de 1957, um total de 66 735 pessoas, consultando 76 160 obras.

COOPERATIVAS: — Existe no Estado, 33 unidades; sendo 12 de consumo, 9 de produção e 8 de compra e venda e de crédito comum. 9 549 são os cooperados que contribuíram com Cr\$ 31.326.325,00 para elevar o capital realizado das mesmas.

ILUMINAÇÃO PÚBLICA E DOMICILIÁRIA: — Dos 38

municípios, apenas o de Ecoporanga não possuía o Serviço de Iluminação Pública e Domiciliária; em 22 municípios o serviço é mantido por entidade oficial e 15 por entidades particulares. Em 17 municípios a energia fornecida é por meio hidráulico; em 11 por meio térmico e 9 misto. Com exceção de Vitória, 966 são os logradouros servidos com iluminação domiciliária com 33 246 ligações prediais.

LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS: — Possui o Estado 68 laboratórios de análises clínicas, sendo 32 mantidos por entidade oficial e 36 por entidades privadas.

CULTO CATÓLICO ROMANO: — O culto católico romano no Estado está atualmente formado por uma arquidiocese, duas dioceses e 55 paróquias. O número de templos era de 1 135, sendo 55 matrizes, 23 igrejas comuns, 1 010 capelas públicas e 37 semi-públicas. As mesmas são servidas por 111 sacerdotes. O movimento em 1958, foi o seguinte: 48 708 batizados, 6 160 casamentos, 1 398 procissões, 45 260 crianças foram crismadas, 1 134 714 receberam comunhão, 2 869 receberam a Extrema-Unção. Existe 842 Associações Religiosas com um total de 76 835 associados.

CULTO PROTESTANTE: — Existem 327 igrejas protestantes, sendo que 267 funcionaram em templos e 60 em salões. São 1 517 oficiais, sendo 214 ministros, 787 diáconos e 516 presbíteros. 80 825 são os membros arrolados.

CULTO ESPÍRITA: — Existem no Estado 93 centros espíritas, dos quais 46 funcionam em prédio próprio e 47 em residência particular. 9 808 foi o número de sessões realizadas; 401 palestras e conferências. Os centros espíritas mantêm dois hospitais, 3 asilos, 34 escolas e 5 bibliotecas.

SECÇÃO DE ESTATÍSTICA POLICIAL E CRIMINAL

Esta secção está encarregada dos assuntos da Estatística Policial e Criminal, que abrange: Organizações Policiais, Incêndios, Desastres e Acidentes, Suicídios e Tentativas, Crimes, Contravenções, Prisões, Desquites, Fôrça Pública Regional, Guarda Civil, Serviço de Trânsito, Corpo de Bombeiros e Movimento Carcerário. O total de questionários recebidos foi de 2 797. Foram feitos 148 Pedidos de Esclarecimentos e 48 Boletins de Alteração. Para a Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística, foram encaminhadas 12 tabelas de apuração diversas e 295 fichas de sistematização foram feitas.

Como órgãos de vigilância da Segurança e ordem pú-

blica, existe no Estado 381 organizações policiais, sendo 120 nas sedes municipais e 261 nas sedes distritais, assim distribuídas: policial-militar 185; policial-civil 186; guarda-civil 1, inspetoria de veículos 3 e outros, 5.

Existe no Estado, 111 prisões, sendo 40 nas sedes municipais e 71 em outras localidades.

DESASTRES E ACIDENTES: — 317 fôram as ocorrências verificadas, sendo 249 durante o dia e 68 à noite, por atropelamento 25 mortos e 72 feridos; por choques, 7 mortos e 32 feridos e 213 com danos materiais. Como ocorrências verificadas, fôram arroladas 436, sendo 290 durante o dia e 146 à noite; 438 foram as pessoas vitimadas, morrendo 18 homens e 1 mulher, ficando feridos 268 homens e 151 mulheres.

SUICÍDIOS: — 35 fôram as pessoas que recorreram ao suicídio, sendo 15 solteiros, 17 casados e 3 com o estado civil ignorado; 15 analfabetos, 19 com instrução primária e um com instrução secundária.

CRIMES: — O número de crimes perpetrados elevou-se à 1 380. Ao sexo masculino deve-se o maior número: 1 329 e ao sexo feminino 51. Quanto à cor: 518 parda; 280 preta; 438 branca e 144 sem declaração.

Quanto ao estado civil, os autores figuram: solteiros 634, casados, 511; viúvos 37; desquitados 3 e sem declaração 195. Quanto à instrução, o maior foi dos elementos que têm o ensino primário: 681; sem instrução 486, com ensino secundário 9 e sem declaração 204.

DESQUITES: — 41 é o número de desquites; sendo 22 litigiosos e 19 amigáveis. Dos litigiosos, 10 fôram por adultério; 3 por serviço ou injúria e 9 por abandono do lar. Quanto à prole, 11 casais possuíam de 3 a 5 filhos; 9 possuíam 2 filhos; 3 com mais de 6 filhos; 8 sem filhos e 10 sem declaração.

MOVIMENTO CARCERÁRIO: — Este movimento é de reclusos nos estabelecimentos penais existentes no Estado, que guarda ou devam guardar os detentos em cumprimento de pena. Nesta situação tem uma penitenciária e 31 cadeias.

Nelas entraram 284 condenados e saíram 245. Existia em 31 de dezembro de 1957, 371 detentos. Os motivos originários fôram: 219 por homicídio, 13 por tentativa de homicídio; 27 por lesões corporais; 54 por furto; 6 por roubo 10 por estupro; 6 por latrocínio; 14 por sedução, 5 por falsificação de moeda e 17 por outros crimes. Do total, 363 são do sexo masculino e 3 do feminino. Todos brasileiros, sendo 159 sol-

teiros; 171 viúvos; 14 desquitados e 27 com estado civil ignorado. Analfabetos 163 e com instrução primária, 208.

MOVIMENTO POLICIAL: — Prisões sob êste título estão classificadas todos os que tenham sido presos no Estado em 1958, com o total de 621 pessoas. As prisões fôram determinadas pelos seguintes motivos: 4 administrativas; 88 flagrantes; 392 preventivas; 32 pronúncias e 105 condenações. Quanto à caracterização dos presos, 616 eram do sexo masculino e 5 do sexo feminino; 205 eram brancos; 133 pretos; 207 pardos e 76 não declarados; 340 solteiros, 233 casados 48 viúvos, desquitados ou separados; 246 eram analfabetos, 374 com instrução primária e 1 com instrução secundária.

IDENTIFICAÇÃO CIVIL: — Fôram fornecidas 1 339 carteiras a nacionais e 39 a estrangeiros; 114 passaportes, 21 provas de identidades; 707 fôlhas corridas e 1 164 atestados de bom antecedentes.

SECÇÃO DE ESTATÍSTICA EDUCACIONAL E CULTURAL

Essa secção é encarregada de elaborar a estatística do ensino primário em geral. Um setor que andava com seus serviços um pouco atrasado em virtude das professoras primárias ao encerrarem suas aulas no fim do ano, deixarem de encaminhar os questionários necessários ao DEE. para a devida apuração. Medidas drásticas fôram tomadas e hoje, felizmente, temos um bom serviço atualizado. Foi necessário apelar para o Senhor Secretário da Fazenda, para sustar o pagamento das professoras faltosas, que sómente receberiam seus vencimentos, mediante quitação de que haviam entregue ao Serviço de Estatística o material que as mesmas têm obrigação de preencher.

Fôram recebidos 5 914 questionários diversos; 2 689 eram as unidades escolares com 3 919 professores com regência de classe. Dos 145 626 alunos matriculados durante o ano, 122 261 conservaram a matrícula até o fim do ano; houve 67 963 aprovações e 12 203 conclusões de curso. Todo o material sobre ensino primário é fornecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que é interessado para o plano nacional.

ENSINO MÉDIO: — Funcionaram no Estado, 106 unidades escolares de grau médio, assim discriminadas: Ensino ginasial 45 unidades; com 616 professores, 10 458 alunos e 1 292 conclusões de curso; 11 estabelecimentos de ensino colegial com 172 professores, 1 320 alunos matriculados e 238 conclusões de curso; 18 estabelecimentos de ensino comercial com 192 professores, 1 270 alunos matriculados e 482 conclusões de curso; 22 são os estabelecimentos de ensino normal,

com 192 professores, 3059 alunos matriculados e 489 conclusões de curso; 22 são os estabelecimentos de ensino normal, com 192 professores, 1 270 alunos matriculados e 482 conclusões de curso; 6 unidades de ensino industrial com 9 professores, 342 alunos matriculados, 36 conclusões de curso; 4 estabelecimentos de ensino agrícola com 29 professores, 83 alunos matriculados e 59 conclusões de curso.

Para o Serviço Federal e Secretaria da Educação e Cultura, foram encaminhadas as apurações do ensino primário de 1957.

DIVISÃO DE ESTATÍSTICA ECONÔMICA E FINANCEIRA

Talvez seja o setor de mais trabalho do Departamento, em virtude do grande número de documentos que o mesmo maneja e serem trabalhos inclusive com estimativas.

Secção de Estatística Econômica e Financeira

A cargo dessa Secção está a elaboração da crítica e apuração da estatística da produção agrícola, agropecuária, produtos agrícolas transformados, preços correntes, movimento bancário, custo de vida e mais as fôlhas da Campanha Estatística sobre os seguintes assuntos: Cartórios, Salários na Indústria e Comércio, Salários Agrícolas, Principais Fazendas de Criação, Exposição de Animais, Produção e Comércio de Artigos de Veterinária, Principais Firmas Comerciais, Hospitais e Laboratórios Veterinário, Organizações de Fomento Agrícola, Principais Criadores, Pessoal efetivo do Judiciário, Cadastro dos Veterinários, Agrimensores e Agrônomos.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA: — A estimativa e previsão da safra são feitas por intermédio de um Caderno "D" que é preenchido pelos Agentes de Estatística e encaminhado a este Departamento para crítica, apuração e divulgação. Tem este Caderno dados sobre a área cultivada, rendimento médio por hectare e por pé, previsão da colheita em 4 fases do ano: é um Caderno trimestral.

PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA: — Foi feita a crítica e apuração das fôlhas anuais dos produtos agrícolas transformados e produtos de origem animal, cujas tabelas foram encaminhadas ao serviço competente no Rio de Janeiro.

POPULAÇÃO PECUÁRIA: — Recebidas as fôlhas vindas dos municípios por intermédio dos Agentes de Estatística, foram criticadas e apuradas por zona fisiográfica, abrangendo número de cabeças e preço médio unitário.

CARTÓRIO: — Em janeiro é feita a distribuição dos

formulários destinados aos cartórios do Estado para colher dados sobre: Escrituras Lavradas, Firmas Reconhecidas, Procu-
rações Lavradas, Inscrições Hipotecárias, Transcrição de
Transmissões da Propriedade Imóvel, Títulos Protestados, Fa-
lências e Concordatas.

BANCOS E CASAS BANCÁRIAS: — Foi apurado e pu-
blicado o resultado do terceiro trimestre de 1958, o Serviço
está atualizado até o ano de 1957.

CUSTO DA VIDA: — Acha-se encerrada a apuração de
Preços Correntes —1957— com as respectivas médias men-
sais e anuais. Quanto ao levantamento de 1958, estão sendo
apurados os elementos de novembro, tendo sido tiradas as
médias até setembro.

Medidas foram tomadas para uma economia nos gas-
tos de cartões Hollerith que muito subiram de preço, cuja
economia vai a mais de 70%.

Em 1957, foram recebidas 60 595 guias de exportação
e 4 052 mapas de importação diversos, para codificação e apu-
ração.. ..

O Departamento recebe do IBGE um auxílio para fazer
algum serviço de apuração de âmbito nacional e é com esse
auxílio que se consegue fazer muita coisa, dada a falta de
verbas existentes para máquinas, material e pessoal. Cinco
são os funcionários contratados pela verba do auxílio conce-
dido.

Com recursos também do IBGE, foram recondiciona-
dos os móveis da Repartição, máquinas e limpeza geral.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Instituído pela Lei n. 1287, a 24 de setembro de 1957,
com a função de exercer a fiscalização da administração fi-
nanceira, atribuição pertencente à Assembléia Legislativa
com o auxílio de um órgão técnico, por força do disposto
no art. 68, parágrafo único da Constituição, instalou-se o Tri-
bunal de Contas do Estado, provisoriamente, na sede do
Departamento das Municipalidades no dia 7 de junho de
1958.

Esse órgão iniciou suas atividades baixando instru-
ções a respeito das normas a serem observadas na execução
orçamentária, designou delegados junto à Secretaria da Fa-
zenda, Rádio Espírito Santo e Departamento de Imprensa
Oficial, tendo, em data de 19 de julho, publicado o Regimento
Interno, instrumento que organizou os respectivos serviços
e estabeleceu as normas reguladoras da discussão e julga-
mento dos processos levados ao seu conhecimento.

Desde o primeiro momento do Govêrno, entretanto, se tornou evidente que muitos atos ordenadores de despesas vinham se consumando, sem qualquer impugnação, por imperfeição da técnica de fiscalização, e aparentemente sem qualquer responsabilidade pelas violações praticadas contra a lei orçamentária.

Tal responsabilidade, por certo, não poderá passar à nova administração, e, como o Regimento Interno do Egrégio Tribunal de Contas lhe atribui a função de órgão consultivo, não foi sem justificado motivo que tomei a iniciativa de consultar àquele órgão se verificou, no exercício de sua jurisdição, a regularidade ou irregularidade daqueles atos e pagamentos, de modo a poder reprimir os que foram irregulares e a tornar efetiva a responsabilidade do ordenador da despesa, e de fôrma, principalmente, a prevenir novas irregularidades em matéria de execução orçamentária.

MINISTÉRIO PÚBLICO

O Ministério Público é o órgão da lei, o representante da defesa social, independente no exercício de suas funções e nunca subordinado ao Poder Executivo.

Ao lado do Poder Judiciário, como representante da sociedade e dos interesses que ela protege, surge esse órgão de destacado relêvo, cujo rôl de deveres, que lhe são assinalados no respectivo Estatuto, é de insuperável relevância.

Reza a atual Constituição que é vedado ao Juiz exercer qualquer outra função pública, salvo o magistério secundário e superior, bem como exercer atividades politico-partidária. É de lamentar que semelhantes proibições não hajam sido tornadas extensivas aos membros do Ministério Público. Não se concebe que um membro do Ministério Público possa ser afastado de suas funções para exercer qualquer outro cargo público, principalmente de caráter eletivo.

O futuro Regulamento do Ministério Público deverá estabelecer tais proibições, que deverão também abranger o exercício da advocacia pelos promotores públicos, já determinada pelo Egrégio Tribunal de Justiça, reajustando-se o respectivo quadro e os da sua secretaria ao número de cargos estritamente necessário à defesa dos interesses da coletividade.

Estatuindo sôbre a carreira, o novo Estatuto deverá aludir à criação de um Conselho Superior, formado por seus próprios representantes e cuja interferência é necessária para a organização das listas tríplexes de promoção por merecimento, atualmente a cargo exclusivo do Procurador Geral. bem assim deverá cuidar de atribuir a um Corregedor, o serviço de inspeção, em todas as comarcas do Estado.

DEPARTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO

Além do Serviço de Administração, compreende esse órgão três Divisões: de Pessoal (DP), de Organização (DO) e de Material (DM).

O Serviço de Administração, contando com pessoal improvisado, em sua maioria, ressen-te-se de um local mais amplo no qual possa instalar o seu setor de fichários e arquivos e onde os processos se acumulam aos milhares.

De um total de 18.000 processos entrado no Departamento, transitaram pela Divisão do Pessoal cerca de 99%, para exame, registro e estudo, havendo sido preciso introduzir inúmeras inovações na velha rotina de seus trabalhos. Carece a Divisão do Pessoal principalmente de pessoal especializado em assuntos administrativos estatutários.

Outro problema angustiante da mesma Divisão é o ligado à falta de material. Faltam máquinas de escrever, de calcular, fichários, etc. As poucas máquinas de escrever existentes, são de modelo antigo, em sua maioria, e estão necessitando de reparos urgentes, até mesmo para que se não inutilizem completamente.

Faltam fichários necessários ao serviço de movimentação do pessoal e o exíguo espaço, constitui problema de relevância, pois o ideal seria a disposição planejada e racional dos servidores em ambiente condizente com os modernos métodos de trabalho, para possibilitar maior rendimento.

Enquanto isso se verifica, a lotação da Divisão do Pessoal diminuiu: funcionários se exoneraram ou foram colocados à disposição de outros órgãos de administração, com graves prejuízos para o serviço.

O volumoso trabalho em consequência das providências relacionadas com o desconto do imposto de renda na fonte teve, no decorrer do exercício, aumento sensível em consequência dos benefícios concedidos aos funcionários (avanço de classe, equiparação de proventos dos inativos aos vencimentos do pessoal em atividade, aumento de vencimentos da Magistratura, do Ministério Público, do Serviço Jurídico, do Tribunal de Contas Professorado Primário) cujo atendimento causou sérias dificuldades à Divisão do Pessoal.

Assim também o Estatuto dos Funcionários sofreu várias alterações oriundas de leis ordinárias e especiais, dificultando a adoção de normas seguras com referência à solução acertada dos vários problemas administrativos. Não tendo sido ele regulamentado, tornou-se, só por isso, difícil a sua aplicação, principalmente na parte referente a direitos e vantagens dos servidores públicos.

Por outro lado, a legislação do pessoal extranumerário, datando de 1944, dá lugar, como o Estatuto dos Funcionários, a inúmeros e intrincados casos, envolvendo, muitas ve-

zes, problemas jurídicos, que demandam profundos conhecimentos dos diversos ramos do direito.

O número de funcionários do Estado sob controle do D.S.P. se elevou a um total de 8.889 funcionários, observando-se que a Divisão do Pessoal embora precariamente instalada, dispondo de reduzido número de funcionários para atender suas múltiplas atribuições, entre as quais se incluem ainda as de colaborar com as demais repartições, como a Prefeitura Municipal de Vitória, o Instituto de Previdência e Assistência Jerônimo Monteiro, a Caixa Econômica Federal, e não possuindo o necessário equipamento, a D.P. — repete-se — procura acompanhar, com firmeza e perseverança, a natural evolução, não obstante empecilhos lhe foram antepostos.

No exercício próximo passado, também os reduzidos recursos de ordem geral impossibilitaram a Divisão de Organização de exercer uma atividade de elevado alcance para a administração. Durante todo o tempo, as tarefas de ordem organizacional se restringiram à prática de estudos, apenas, da estrutura de algumas repartições.

As funções da Seção de Organização e Racionalização dos serviços se limitaram à revisão e atualização das fichas relativas ao e mentário da Legislação estadual, trabalho que não surtiu o efeito desejado, pela carência de meios apropriados.

Inúmeros foram igualmente os percalços que enfrentou a seção de Seleção e Aperfeiçoamento. Concluiu a realização do concurso para cargos de Guarda-Civil, trabalho que não pôde ser aproveitado, dada a inexistência de dotação no orçamento, sofrendo desde o início prejudicial pressão de grupos estranhos ao serviço totalmente desconhecedores da técnica, da rotina da moral e do senso de responsabilidade que devem presidir aos trabalhos de seleção, e que tentavam por várias formas, influir no resultado dos exames, só não conseguindo graças à energia com que agiram os funcionários da Seção.

E aqui cumpre indagar: Se o Estado não poderá nomear por falta de verba própria que adiantou a realização do concurso? Não implicou isso onerar ainda mais os cofres públicos, gerando, outrossim, antipatia dos aprovados e do público pela repartição que o fez realizar e do próprio Poder Executivo, concorrendo para afugentar possíveis candidatos em competições futuras?

Pelos livros da Divisão do Material, o débito de mercadoria se elevou a Cr\$ 9.916.000,00 incluindo o saldo de Cr\$ 4.148.000,00 vindo de 1957. Tendo a Divisão fornecido regularmente às diversas repartições do Estado mercadorias no valor de Cr\$ 6.500.000,00 em empenhos regulares e irregularmente a importância de Cr\$ 1.017.452,30 para posterior regularização, apresentava a 31 de dezembro um saldo de mer-

cadoria em estoques correspondente a Cr\$ 2.250.000,00, que passou para o corrente exercício.

Não foi aceita pela Assembléia Legislativa a suplementação de verbas para possibilitar o empenho das despesas autorizadas no valor de Cr\$ 1.017.452,30, causando êsse facto serios embaraços ao bom andamento dos serviços da Divisão do Material.

Quanto aos suprimentos, que deveriam ter sido feitos, não contou a Divisão do Material com grande apoio, visto que foi contemplada com pouco mais de Cr\$ 130 000,00 recolhidos para movimentação do fornecimento, quando essa soma deveria ter atingido a casa de vinte milhões de cruzeiros. Conseguiu, contudo, recolher a quantia de Cr\$ 3.900.000,00, creditada em restos a pagar de 1957 pela Contadoria Geral do Estado.

Ficou, assim, a Divisão do Material no exercício de 1958 bastante prejudicada, sacrificando também, sensivelmente, o fornecimento às repartições, por falta dessa cobertura. E, não podendo liquidar seus débitos com o comércio, que montavam a Cr\$ 6.750.000,00 no início do exercício e mais as compras realizadas no correr de 1958, continúa com um saldo devedor de Cr\$ 8.500.000,00, que passou para 1959.

Ao se normalizar a situação financeira do almoxarifado, não poderá ele permanecer nas atuais instalações que são precaríssimas. Mas, a maior dificuldade com que luta a Divisão do Material é a falta absoluta de crédito junto ao comércio em geral, pois estando bastante atrasados os pagamentos, encontrando-se por solver faturas de 1955, não é possível aos fornecedores esperar anos e anos pela liquidação do que normalmente deveria ser solucionado no prazo máximo de 90 dias.

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTOS

Construídos pelo Governo do Estado e explorados, inicialmente, pela Diretoria de Água e Esgotos da então Secretaria da Agricultura, Terras e Obras, foram os serviços de água e esgotos de Vitória, incluindo Vila Velha e Cariacica, doados à Prefeitura da Capital por escritura de doação com encargo, lavrado em 16 de novembro de 1946. Com o desmembramento dos Municípios de Vila Velha e Cariacica, ficaram êsses Municípios sob a dependência do de Vitória atingindo, assim, profundamente, a autonomia daquelas duas progressistas Comunas às quais, se fôsse o caso de entregar a responsabilidade dos serviços maior direito cabia, uma vez que as peças principais do abastecimento de água neles se encontram, tais sejam, a represa de Duas Bocas e a Estação de Tratamento d'Água. Paralelamente a essa situação, tinha-se o desenvolvimento a-

certuado dos já então três Municípios e um serviço de água e esgotos que não acompanhava o progresso experimentado, com péssima distribuição de água e com os serviços de esgotos relegados a um plano secundário.

Sentindo de perto a gravidade do problema e, tendo em vista que a então detentora dos serviços de água e esgotos não se encontrava em condições de arcar com a responsabilidade dos mesmos, o Governo do Estado houve por bem criar o Departamento de Águas e Esgotos, com âmbito em todo o território do Estado, objetivo concretizado através a Lei n.º 1374, de 30 de dezembro de 1957, determinando a reversão dos serviços, o que foi feito em data de 3 de maio do ano de 1958.

Iniciando as suas atividades, mediante a verba concedida, de um milhão e quinhentos mil cruzeiros para ocorrer às despesas de organização e instalação, o Departamento de Água e Esgotos não pôde, com tal importância, adquirir o mínimo, seja dificuldade inicial, viram os responsáveis pelo D.A.E. a tremenda carga que lhes pesava sobre os ombros, no estado precário em que se encontravam os serviços, completamente desorganizados técnica e administrativamente, apresentando falhas que exigiam rápida correção. Atirando-se á luta com entusiasmo e verdadeiro amor à causa abraçada, dirigentes, funcionários e operários do Departamento de Água e Esgotos, utilizando-se tão somente da arrecadação diária de taxas que, por sua vez, era deficientíssima, conseguiram realizar as obras mais prementes e, melhor do que qualquer relatório ou estatística, aí está a opinião pública quer através de pronunciamentos individuais, quer através de seus representantes nos órgãos legislativos ou pela imprensa, com manifestação que tão bem recomendam a criação da autarquia. Na parte administrativa, a situação era de descalabro. Um número incalculável de ligações clandestinas desafiava os responsáveis pelos serviços e, só após muitos esforços, conseguiu o D.A.E., com notificação aos falsos trabalhos para a completa regularização do assunto.

O tratamento da água distribuída aos três municípios citados é feito através da Estação de Tratamento d'Água, situada em Cobí, no Município de Vila Velha, que é de características modernas das melhores até agora construídas, capaz de fornecer face às variações de água bruta, única maneira de serem tratadas dois tipos de água completamente diferentes, sendo uma de armazenamento (de Duas Bocas), pobre de sais, côr alta, baixa turbidez e de difficilimo tratamento e a outra (do Rio Mariño), rica em sais, baixa côr, turbidez média. A capacidade da Estação é prevista para abastecer uma população de trezentos e sessenta mil habitantes, com a taxa de consumo de cento e cinquenta litros por habitante, diariamente. Esta capacidade, poderá ser duplicada com pequenas obras, pois a aparelhagem está

dimensionada para um total de cento e oito milhões de litros em 24 horas. A principal inovação da Estação é o decantador eletrônico com controle automático, sistema que foi escolhido por diversas razões e os quatorze meses de operação — confirmaram plenamente o acerto da escolha. Operários que trabalharam na construção da Estação, constituem, hoje, uma equipe de operadores que vem obtendo padrões iguais aos melhores conseguidos com as estações do tipo clássico. A Estação, que vêm funcionando, ininterruptamente, desde o mês de agosto do ano de . . 1957, está aduzindo para as rêdes de distribuição um volume médio diário de 22 milhões de litros, de água de alto padrão de potabilidade.

Com uma receita total arrecadada de importância inferior a dezesseis milhões de cruzeiros, não pôde o Departamento de Água e Esgotos, voltar suas vistas para o interior do Estado, já que a situação dos serviços de água de Vitória, Vila Velha e Cariacica estavam a merecer atenção imediata pela grande deficiência que apresentavam. Dessa maneira, no período compreendido entre abril a dezembro de 1958, o D.A.E. como uma exceção entre os demais setores administrativos, e graças a autonomia que lhe foi concedida e à dedicação de sua direção, (por isso mesmo mantida pelo atual Governo), realizou as seguintes obras e serviços:

- a) — instalação e implantação dos diversos órgãos e serviços que compõem o D.A.E.;
- b) — processamento da reversão dos serviços da Prefeitura para o Departamento;
- c) — novas tomadas, com aumento de pressão e variação, das seguintes rêdes; Cariacica, Itanhenga, Itanguá, Pôrto de Cariacica Tabajára, Santana, Hospital "Adauto Botelho" Pôrto Novo, Itacibá, Sotema, Jardim América, Itaquari e Pôrto Velho;
- d) — reforma da rêde de água de Pôrto Novo;
- e) — execução de vários reparos na adutora de Duas Bocas;
- f) — construção de três reservatórios de emergência nas localidades de Goiabeiras, Morro do Bonfim Morro dos Alagoanos;
- g) — elaboração de ante-projeto de reforma geral de rêdes de água e novos reservatórios das seguintes zonas: — Praia, Jucutuquara, Santo Antônio, Jardim América, Paúl e Vila Velha;

- h) — elaboração do projeto de rede da Esplanada Capixaba e sua extensão até a zona norte;
- i) — elaboração do projeto de estudo da rede de hiarantes para proteção da Cidade contra incêndios;
- j) — desobstrução das redes de água dos seguintes logradouros; em Vila Velha, compreendendo as seguintes ruas: Araribóia, P. Lima, 15 Novembro, Antônio Ataíde, Luzia Grinalda-Vasco Coutinho, 23 de Maio, Praça da Bandeira, Pedro Palácios, Coronel Mascarenhas, e Henrique Moscoso; em Vitória: diversas ruas em Santo Antônio, Praia do Suá e Praia Comprida;
- k) — construção de 14 redes de esgotos nos seguintes logradouros: Barão de Monjardim, Uruguai, Bernardino Monteiro, José Anchietta, Costa Pereira, Vintém, Cleto Nunes, 23 de Maio, General Ozório, Parque Moscoso, Quintino Bocaiuva, Barão de Mauá, Pinto Homem de Azevedo e Soldado Apolinário dos Reis;
- l) — execução dos seguintes serviços:

novas ligações de agua	609
novas ligações de esgoto	58
mudanças de derivação	87
substituição de tubos de derivação	27
atendimento de reclamações	3.169
- m) — recuperação de 11 km, da antiga adutora de Duas Bocas constante de limpeza, soldagem e proteção asfáltica;
- n) — construção de 2600 metros de sub-adutora de 10" para Vila Velha e Praia da Costa;
- o) — construção de uma rede de 4" no total de 560 metros, para Cruz do Campo e ramificações, num total de 600 metros;
- p) — construção de 5.120 metros de rede em 10" para a zona norte, do total de 7.144 metros;
- q) — refôrço, por meio de bomba, das redes do final da Rua Graciano Neves e Morro do Rio Branco;

- r) — nova tomada do aumento de pressão de Paúl, Argolas, Glória e Aribiri;
- s) — início da rede que transportará agua tratada aos Bairros de Jardim América e Itaquari, já tendo sido construídos 520 metros, em 10" esta rede irá possibilitar o aproveitamento da antiga, em 3", que será aplicada para Campo Grande;
- t) — nova tomada em 10" para refôrço da rede que serve a zona surgida com a rodovia "Carlos Lindenberg", como sejam, os Bairros de Cobilândia, Alvorada e Alecrim;
- u) — refôrço com interligação das redes de 10" e 4", para a parte alta de Santo Antônio;
- v) — início da instalação da rede — composta de 10 hidrantes para a prevenção da zona centro da Cidade contra incêndios;
- w) — adaptação da antiga elevatória de esgotos, situada à Rua Gonçalves Dias, para funcionamento do Posto Central de Cobrança que, dada a situação atual da cidade o estado da rede, não poderá ser aproveitada para a sua finalidade inicial;
- x) — levantamento do cadastro imobiliário, num total de 4.133 prédios;
- z) — levantamento e registro dos — bens patrimoniais do DAE e, finalmente, o principal trabalho para o acêrto e perfeito conhecimento da situação da distribuição, que foi o levantamento, cadastramento e desenho das subadutoras e redes distribuidoras.

Nunca é demais repetir que o problema de água de Vitória e municípios vizinhos está resolvido quanto à qualidade e quantidade. O aproveitamento do Rio Marinho, a construção da Estação de Tratamento e a interligação do sistema de captação e adução dotarão a região servida de disponibilidade de água em situação ímpar no País residindo a principal falha nos Reservatórios, já que a zona não possui reservatórios de compensação. Os existentes, constituídos num só conjunto, situados no Morro de Santa Clara, servem às três cidades. A situação topográfica dessas cidades forçou a construção de redes extensas, ramificadas e com distribuição em marcha, o que é contra indicado para uma perfeita distribuição, sendo que, algu-

mas dessas rêdes distribuem em marcha, até a distância de quinze quilômetros. Para corrigir êsses inconvenientes, o D. A. E. elaborou um anteprojeto que, em resumo, consiste no seguinte:

- a) — construção de um reservatório de compensação no Morro de Cobí, com capacidade para 35 000 m³;
- b) — prolongamento do tronco adutor de 800mm, no total de 3km.
- c) — construção de dois reservatórios com capacidade unitária de 2.500m³, na Praia e construção de 8km. de sub-adutora, em ferro fundido, de 400 mm. de diâmetro;
- d) — construção de um reservatório em Jucutuquara, com capacidade para 2.500m³ e construção de 2 km. de sub-adutora em 400 mm de diâmetro;
- e) — construção de um reservatório em Santo Antônio, com capacidade para 2.500 m³ e sub-adutora de 4,8 km com 400 mm de diâmetro;
- f) — construção de um reservatório em Jardim América, com capacidade para 2500m³ e sub-adutora de 2 km. com 300mm. de diâmetro;
- g) — construção de um reservatório em Vila Velha, com capacidade para 5.000 m³ e adutora de 6 km com 400 mm. de diâmetro.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA

A Lei n. 781, de 30 de dezembro de 1953, criou o Instituto de Tecnologia do Estado do Espírito Santo, com a finalidade de promover e estimular o desenvolvimento da pesquisa científica e técnica no domínio da indústria, cooperando para o seu progresso e aperfeiçoamento.

A Regulamentação da autarquia, aprovada pelo Decreto n. 438, de 22 de dezembro de 1958, sofreu, logo em seguida e irregularmente porque não elaborado o respectivo projeto pelo Conselho Deliberativo, as modificações introduzidas pelos decretos ns. 486, de 21 de janeiro de 1959, e 493 de 23 do mesmo mês.

Pessas sucessivas alterações resultou serem feitas duas séries de provimentos dos funcionários que deveriam integrar o quadro respectivo, uma aprovada livremente pelo Pre-

sidente do Instituto, outra por decreto do Governador do Estado.

Em consequência da irregularidade verificada, foi preciso baixar o decreto de 4 de fevereiro de 1959, publicado no Diário Oficial de 7 nomeando uma comissão para proceder o recebimento dos bens e tomada de contas da autarquia, fazendo o levantamento geral de seu patrimônio e o exame dos contratos de que possam resultar responsabilidades financeiras, e ainda o Decreto n. 574, de 23 de fevereiro, que tornou sem efeito o Decreto n. 438, anulando-se concomitantemente os atos de nomeação para provimento dos cargos constantes do respectivo Regulamento.

A referida Comissão até esta data não apresentou o resultado de seus trabalhos.

DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES

A Constituição Federal faculta ao Estado a criação de um órgão de assistência técnica às administrações municipais.

Torrido conservado, sem que se aparelhasse convenientemente esse órgão, cuja situação é precária e incerta, na falta de uma adequada regulamentação.

As suas atribuições têm consistido apenas e exclusivamente na prestação de assistência técnica a pequenos municípios, que não poderiam dispensar essa assistência, limitada ainda à matéria do pessoal e à organização e reorganização da contabilidade.

Ainda há pouco, a lei n. 1.287, de 24 de setembro de 1957 veio impedir essas atividades de se desenvolverem normalmente, determinando que no quadro do pessoal necessário aos serviços do Tribunal de Contas fossem aproveitados, obrigatoriamente, funcionários de outros órgãos do serviço público de preferência do Departamento das Municipalidades.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA "JERÔNIMO MONTEIRO"

Em 30 de dezembro de 1954, os únicos recursos de que o Instituto dispunha, distribuídos nos estabelecimentos bancários desta Capital, ficaram reduzidos a Cr\$ 713.394,30, em virtude do inesperado fechamento do Banco Mercantil do Espírito Santo S. A, onde a instituição possuía um saldo de Cr\$ 3.709.940,10.

Da importância de Cr\$ 103.315.994,00, descontada pelo Estado no quadriênio 1955-1958 foi recolhida aos cofres da instituição apenas a quantia de Cr\$ 33.660.141,90, do que resulta ter ficado retida a quantia de Cr\$ 69.655.852,10, que, produzindo os juros de Cr\$ 5.904.723,90, contados de conformidade com o que preceitua o § 2.º do art. 28 e o art. 120 e seu parágrafo único da Lei 615, aumentou de Cr\$ 75.560.576,00

a dívida do Estado para com o Instituto, excluídos os descontos relativos ao mês de dezembro do ano próximo passado.

Já o Estado havia anteriormente se responsabilizado pela cobertura do déficit de Cr\$ 6.245.553,70 verificado no balanço do patrimônio da extinta Caixa Jerônimo Monteiro, com a obrigação de consignar nos orçamentos anuais o crédito respectivo, e, não o tendo feito, ficou, desse modo o Instituto — impedido de cumprir sua finalidade de assistência aos segurados, sem disponibilidade de numerário para proceder, sequer, à distribuição de um único empréstimo da Carteira Imobiliária, destinada à construção de casa própria do servidor público, dentre 660 pedidos de inscrição resultantes de edital solenemente assinado a 28 de outubro de 1955, e com o que se procurou comemorar festivamente o “Dia do Funcionário”.

PRÓPRIOS DO ESTADO

O aspecto do Palácio do Governo é bem o espelho do lastimável estado em que encontramos os bens estaduais.

Observado pela sua parte externa, verifica-se, desde logo, que o Palácio Anchieta não mereceu qualquer trabalho de conservação no último período governamental.

Quem entra pela porta lateral vai logo encontrando as paredes, o teto, as portas que dão entrada para as Secretarias e para a residência, tudo gasto, vidros quebrados e fechaduras partidas, confirmando a afirmativa de que não houve a menor conservação. As mobílias da mesma maneira, inclusive as do salão nobre, em deplorável estado. Se se olha para as cortinas de forros esfarrapadas, o espetáculo é confrangedor, fazendo penhor com a pintura das janelas. A sala de espera ostenta uma velha goteira, que fez apodrecer um dos custosos tapetes da residência.

As dependências da residência, foram encontradas em bom estado, com exceção da cozinha e quartos de empregados. Aparelhagem de cozinha em mau estado. Uma das geladeiras, sem funcionar e sem vestígios de higiene. A dispensa contendo apenas alguns caixotes vazios ou com garrafas vazias.

Tudo quanto se encontra na residência foi inventariado e só ali entramos após essa formalidade, realizada pela Divisão do Patrimônio.

Esta ligeira descrição do estado de conservação em que encontramos a sede do Governo, e a qual não me devia furtar indica, positivamente as condições em que estão os demais próprios estaduais.

A garagem do Estado não mais existe. Foi alugada a diversos. Os carros dormem ao relento nas casas dos motoristas, na porta do Palácio ou de outras repartições. Os veículos no mais deplorável estado por falta de conservação.

Poderia isto parecer exagero, são entretanto, fatos que poderão ser constatados a qualquer momento.

CONCLUSÃO

É esta a mensagem que tenho a satisfação e a honra de apresentar à ilustrada Assembléia, por ocasião da abertura da primeira sessão legislativa desta legislatura, dando conta da situação geral do Estado.

Os trabalhos da atual administração duram, justamente, quarenta e dois dias. Não houve tempo suficiente para o exame do assunto em suas minúcias e complexidades. À matéria impõe, pela sua delicadeza e por suas notórias dificuldades, um exame demorado e minucioso.

Estas considerações põem de manifesto, apenas a situação de desordem administrativa financeira, que abrange as próprias normas atinentes ao funcionalismo em geral, cujos dispositivos encerram, algumas vezes, outorga de garantias a que se contrapõem os preceitos da própria Constituição.

No decorrer deste exercício haveremos de levar a essa augusta Assembléia novos subsídios, mais pormenorizados, complementando esta mensagem e solicitando as providências que se fazem necessárias.

Não devo encerrar esta exposição sem agradecer especialmente a todos quantos têm contribuído para afastar os vários tropeços que temos deparado na coordenação e no cumprimento dos deveres que nos são impostos pela Constituição.

Aproveito o ensejo, Senhor Presidente, para renovar a Vossas Excelências os protestos do meu mais profundo respeito

Vitória, 15 de março de 1959

CARLOS FERNANDO MONTEIRO LINDENBERG

— Governador do Estado